

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Preparadas de Acordo com as Normas Internacionais de Relatórios
Financeiros - IFRS



Carrefour
banco

31 de dezembro de 2023

Índice	Página
Relatório da Administração	3
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	5
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas	6
Balancos Patrimoniais Consolidados	10
Demonstração Consolidada do Resultado	11
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente	12
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido	13
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	14
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	
1. Contexto operacional	16
2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas	16
3. Principais políticas contábeis	18
4. Caixa e equivalentes de caixa	21
5. Ativos financeiros ao custo amortizado	21
6. Ativos financeiros ao valor justo	22
7. Outros ativos	23
8. Imobilizado	23
9. Intangível	24
10. Passivos financeiros	24
11. Outros passivos	25
12. Provisões, contingências e obrigações legais	26
13. Patrimônio líquido	27
14. Receitas com juros e similares	30
15. Despesas de juros e similares	30
16. Receitas de prestação de serviços	31
17. Despesas de pessoal	31
18. Outras despesas administrativas	31
19. Despesas tributárias	31
20. Outras receitas (despesas) operacionais	32
21. Imposto de renda e contribuição social	32
22. Transações entre partes relacionadas	33
23. Benefícios pós-emprego	35
24. Valor justo dos ativos e passivos	35
25. Gestão de capital e dos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional, estratégico, socioambiental e reputacional	36
26. Outras informações	40
27. Conciliação entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e as normas internacionais de contabilidade (IFRS)	40
Relação dos Diretores	42

Prezados acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras consolidadas do Banco CSF S.A. ("Banco"), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pela *Accountant Standards Board* (IASB) e com as interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), acrescidas das notas explicativas, declaração dos diretores, relatório do Comitê de Auditoria e relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações financeiras consolidadas.

Destaques do Período

Balanço Patrimonial (R\$ milhões)	31/12/2023	31/12/2022	Δ%
Ativos totais	19.235	16.945	14%
Carteira de crédito	24.219	19.526	24%
(-) Provisão para perda esperada (PECLD)	(7.918)	(5.803)	36%
Passivos financeiros	12.210	10.924	12%
Patrimônio líquido	3.302	3.129	6%

Resultados (R\$ milhões)	31/12/2023	31/12/2022	Δ%
Resultado líquido de juros	3.045	2.764	10%
Despesas com provisão para perda esperada (PECLD)	(2.246)	(1.989)	13%
Lucro líquido	320	533	-40%

Em 2023, houve um aumento dos custos de aquisição de clientes devido a aceleração na conversão das lojas BIG e, em 2022, houve uma receita incremental oriunda de incentivos das bandeiras, o que justifica a variação entre os exercícios.

Governança Corporativa

O Banco mantém práticas adequadas nos processos de governança corporativa, controles internos e gestão de riscos, com atuação ativa da alta Administração. Os comitês que se reportam diretamente ao Conselho de Administração são:

(i) Comitê Integrado de Riscos: composto por membros independentes e representantes dos acionistas, é responsável por propor recomendações ao Conselho de Administração sobre a gestão integrada de riscos, bem como avaliar os níveis de apetite de riscos da Instituição, políticas, estratégias e supervisionar a atuação do *CRO (Chief Risk Officer)*, avaliando o grau de aderência aos processos de gerenciamento de riscos e capital.

(ii) Comitê de Auditoria: composto pela diretoria do Banco, com a participação de três membros independentes (sendo que um deles atua como especialista financeiro), é responsável pela supervisão dos processos de controles internos e de administração de riscos, pelas atividades da auditoria interna e as atividades das empresas de auditoria independente do Banco.

(iii) Comitê de Remuneração: composto por representantes dos acionistas especialistas no assunto, é responsável por assessorar o Conselho de Administração do Banco na condução da política de remuneração de seus Administradores.

Relação dos Investimentos em Sociedades Coligadas e/ou Controladas

Desde 2019, o Banco detém 100% do capital social da subsidiária CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda.

Remuneração dos Acionistas e Reinvestimento de Lucros

De acordo com o Estatuto Social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado pela importância destinada à constituição da reserva legal, incentivos fiscais e à formação ou reversão da reserva para contingências. Não haverá distribuição de dividendos caso seja verificada uma incompatibilidade com a situação financeira do Banco, inclusive se a Administração julgar que tal distribuição possa prejudicar a liquidez mínima desejável para o Banco ou não atenda os requisitos mínimos de Basileia.

A destinação das reservas estatutárias deverá ser deliberada em Assembleia Geral, quando o saldo dessa reserva, somado às demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, ultrapassar o limite de 100% do capital social, podendo ocorrer sua utilização para o aumento de capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

Gestão de Capital e dos Riscos de Liquidez, Mercado, Crédito, Operacional, Estratégico, Socioambiental e Reputacional

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco visa assegurar um crescimento sustentável com efetivo controle das operações, otimizando a utilização do capital e garantindo a solvência da Instituição, o aprimoramento contínuo dos seus processos e maior segurança e retorno aos acionistas.

O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada por uma estrutura segregada das demais unidades de negócios responsável pelos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional, estratégico, socioambiental, reputacional, gestão do capital e governança de risco de modelos. O processo de Gerenciamento de Riscos Integrados consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, reportar e mitigar os riscos do Banco, reportando-os à alta Administração da Instituição por meio de uma estrutura de comitês periódicos. A aprovação das políticas e dos relatórios de acesso público referentes ao gerenciamento de riscos é submetida para aprovação da Administração. As informações detalhadas sobre a estrutura de gerenciamento de riscos do Banco podem ser consultadas no site www.carrefoursolucoes.com.br, na página de Governança Corporativa.

Agradecimentos

O Banco Carrefour agradece a todos os nossos clientes pela preferência e confiança depositadas em nossos serviços. Estendemos nossa gratidão aos nossos colaboradores, cuja entrega, dedicação e excelência no trabalho foram fundamentais para impulsionar a transformação do nosso negócio, sempre com foco na missão de melhorar a vida das famílias brasileiras, garantindo acesso ao crédito e oferecendo serviços financeiros inovadores. Reconhecemos que, sem eles, não seríamos capazes de atingir os resultados alcançados.

A Diretoria

São Paulo, 8 de fevereiro de 2024.

Introdução

O Comitê de Auditoria (COAUD) é um órgão consultivo permanente, que assessoria o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades de supervisão, analisando e assegurando a observância, por parte do Banco, das leis e regulamentos aplicáveis.

É responsável pela supervisão (i) dos processos de controles internos e de administração de riscos; (ii) das atividades da Auditoria Interna; e (iii) das atividades da empresa de auditoria independente do Banco.

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria do Banco estabelece a sua composição por, no mínimo, 4 (quatro) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração, sendo que um dos membros, no mínimo, deverá ser designado Especialista Financeiro. Por ser uma instituição de capital fechado, o Banco enquadra-se ao inciso 3º do Art. 9º da Resolução CMN nº 4.910/21, que permite a eleição de diretores do Banco como integrantes do comitê.

O Comitê de Auditoria elevou seu nível de governança, incorporando ao longo de 2023 mais dois membros independentes, além do membro já nomeado como Especialista Financeiro desde março de 2019 (conforme Art 5º do Regimento do Comitê de Auditoria do Banco). As reuniões do Comitê de Auditoria do Banco contaram também com a presença de diretores da Auditoria Interna do Itaú Unibanco S.A. e do Carrefour Comércio e Indústria Ltda. como convidados, ambos sócios do Banco, além da área de Auditoria Interna (Secretário do Comitê) do Banco.

As atividades do Comitê de Auditoria do Banco iniciaram-se em 23 de março de 2016 e atualmente apresenta a seguinte composição:

Felipe Carneiro Gonçalves Gomes	Presidente do COAUD (CEO Banco Carrefour)
Rafael Bandeira de Almeida	Membro Permanente (CFO Banco Carrefour)
José Ronaldo Vilela Rezende	Especialista Financeiro / Membro Independente
João Antônio Dantas Bezerra Leite	Membro Independente
Ana Karina Bortoni Dias	Membro Independente

Atividades exercidas

No intuito de cumprir suas atribuições e, em atendimento ao previsto em seu calendário anual de trabalho, o Comitê de Auditoria reuniu-se 9 (nove) vezes no ano de 2023, sendo 5 (cinco) no segundo semestre. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como os trabalhos e relatórios da Auditoria Independente, foram analisados em reunião de 8 de fevereiro de 2024, oportunidade em que também foi avaliado e aprovado o presente relatório.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados a processos contábeis e financeiros, controles internos, processos de negócio e produtos, operações, crédito e cobrança, *compliance* e regulatório, segurança da informação, gestão de riscos e atividades de Auditoria Interna e Independente, gestão e evolução da carga de risco.

Em conjunto com a Auditoria Independente, acompanhou e verificou os trabalhos do período, em especial a revisão das demonstrações financeiras e o relatório referente à Resolução CMN nº 4.910/21.

Foram examinadas as demonstrações financeiras consolidadas elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accountant Standards Board* (IASB) e com as interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC).

Nas situações em que foram identificadas oportunidades de melhoria, foram sugeridos aprimoramentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas no exercício, em linha com as suas atribuições, o Comitê de Auditoria concluiu que: (i) o Sistema de Controles Internos está bem consolidado e não identificou, no exercício, fatos relevantes ou evidências que permitissem inferir que o Sistema de Controles Internos, como um todo, não é efetivo; (ii) a Auditoria Interna, tendo por base os assuntos discutidos, desempenha suas funções de forma independente e adequada; (iii) a Auditoria Independente - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. - realizou seus trabalhos de forma independente e efetiva; e (iv) as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas internacionais e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco e estão em condições de serem aprovadas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas do
Banco CSF S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco CSF S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco CSF S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída levando em consideração a IFRS 9 – “Financial Instruments”. Essa norma contábil requer que a mensuração da referida provisão considere o modelo de perdas esperadas.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

O Banco utiliza modelo interno na apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, cuja mensuração leva em consideração determinadas premissas sobre as perdas históricas na carteira de operações crédito, assim como projeções futuras. A perda esperada de crédito é calculada com base em critérios matemáticos e estatísticos para toda a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, que consideram a classificação dos empréstimos nos estágios previstos no IFRS 9 em função das mudanças na qualidade do crédito transacionado à época.

Devido à relevância da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, do uso de estimativa e premissas por parte da Administração utilizados no modelo interno para a determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria, incluindo o envolvimento de membros seniores da nossa equipe e de especialistas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco para a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos às transações de pagamentos; (b) leitura da política de provisionamento do Banco para a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos às transações de pagamentos; (c) envolvimento de especialistas na revisão do modelo utilizado e das premissas adotadas; (d) entendimento do processo e dos controles internos relacionados à mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (e) revisão da aplicação dos critérios de provisionamento dessas operações, com base em amostra; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração do Banco para determinar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

O Banco elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, sobre as quais emitimos relatório do auditor independente, com opinião sem modificação, datado de 16 de fevereiro de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

Ativo	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	90.375	292.355
Ativos financeiros		17.246.239	14.557.481
Ao custo amortizado		16.301.707	13.723.155
Operações de crédito	5.1	24.219.334	19.526.092
(-) Provisão para perda esperada	5.1	(7.917.627)	(5.802.937)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6	939.226	829.135
Títulos e valores mobiliários		939.226	829.135
Ao valor justo por meio de resultados	6	5.306	5.191
Títulos e valores mobiliários		5.306	5.191
Ativos fiscais		300.498	342.708
Correntes		4.262	4.262
Diferidos	21	296.236	338.446
Outros ativos	7	647.053	838.617
Imobilizado	8	110.095	134.147
Intangível	9	840.917	779.534
Total do ativo		19.235.177	16.944.842

Passivo	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Passivos financeiros		12.210.336	10.923.797
Ao custo amortizado		12.210.336	10.923.797
Depósitos	10.1, 10.2 e 10.3	795.145	1.205.211
Captações no mercado aberto	10.4	270.739	253.103
Recursos de aceites e emissão de títulos	10.5	2.296.608	2.076.320
Outros passivos financeiros	10.6	8.847.844	7.389.163
Provisões	12	366.144	314.110
Passivos fiscais		42.324	61.937
Correntes	21.4	42.268	61.890
Diferidos	21.4	56	47
Outros passivos		3.314.129	2.515.765
Obrigações sociais e estatutárias	11.1	-	103.498
Outras obrigações fiscais	11.2	54.004	48.754
Outros passivos	11.3	3.260.125	2.363.513
Total do passivo		15.932.933	13.815.609
Capital social integralizado	13	1.742.000	1.742.000
Reservas de capital	13.1	11.621	8.897
Reservas de lucros	13.2	1.548.283	1.378.519
Outros resultados abrangentes	13.3	340	(183)
Total do patrimônio líquido		3.302.244	3.129.233
Total do passivo e do patrimônio líquido		19.235.177	16.944.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receitas de juros e similares	14	3.493.836	3.119.364
Despesas de juros e similares	15	(448.388)	(355.113)
Resultado líquido de juros		3.045.448	2.764.251
Reversões (constituições) de provisão para perda esperada		(2.245.948)	(1.989.261)
Provisão para perda esperada - carteira de crédito	5.1.5	(2.209.092)	(1.991.196)
Provisão para perda esperada - compromissos de empréstimos	12.2.2	(36.856)	1.935
Reversões (despesas) de provisões de contingências	12.2.2	(19.727)	(12.107)
Receitas de prestação de serviços	16	1.859.777	1.694.752
Despesas de pessoal	17	(202.424)	(171.830)
Outras despesas administrativas	18	(1.225.690)	(1.077.158)
Despesas com depreciação e amortização	8 e 9	(133.516)	(115.257)
Despesas tributárias	19	(280.140)	(280.572)
Outras receitas (despesas) operacionais	20	(253.896)	100.050
Resultado operacional		543.884	912.868
Outras receitas (despesas)		(60.684)	(19.867)
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social		483.200	893.001
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(121.572)	(255.349)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(41.984)	(104.786)
Lucro líquido		319.644	532.866
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		319.644	532.866
Lucro por ação			
Quantidade de ações (mil)			
Ordinárias		1.114.671	1.114.671
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)			
Ordinárias		0,29	0,48

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido	319.644	532.866
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	289	1.188
Variação de valor justo - TVM	526	2.161
Impostos diferidos - TVM	(237)	(973)
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado	234	42
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego	234	42
Total do resultado abrangente	320.167	534.096
Resultado abrangente atribuível à participação dos acionistas controladores	320.167	534.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

	Nota explicativa	Capital social integralizado	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Atribuído à participação dos Acionistas Controladores		Total
						Outros resultados abrangentes		
						Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.742.000	5.235	902.525	-	(1.502)	89	2.648.347
Pagamento baseado em instrumento de capital	13.1	-	3.662	-	-	-	-	3.662
Ajuste ao valor justo - TVM	13.3	-	-	-	-	1.188	-	1.188
Ajuste ao valor atuarial - Benefícios pós-emprego	13.3	-	-	-	-	-	42	42
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	13.4	-	-	(131.875)	-	-	-	(131.875)
Reversão de dividendos propostos	13.4	-	-	178.501	-	-	-	178.501
Lucro líquido		-	-	-	532.866	-	-	532.866
Destinações:								
Reserva legal	13.2	-	-	18.158	(18.158)	-	-	-
Reserva estatutária	13.2	-	-	411.210	(411.210)	-	-	-
Dividendos a pagar sobre o lucro gerado no exercício	13.4	-	-	-	(103.498)	-	-	(103.498)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.742.000	8.897	1.378.519	-	(314)	131	3.129.233
Mutação do exercício		-	3.662	475.994	-	1.188	42	480.886
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.742.000	8.897	1.378.519	-	(314)	131	3.129.233
Pagamento baseado em instrumento de capital	13.1	-	2.724	-	-	-	-	2.724
Ajuste ao valor justo - TVM	13.3	-	-	-	-	289	-	289
Ajuste ao valor atuarial - Benefícios pós-emprego	13.3	-	-	-	-	-	234	234
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	13.4	-	-	(149.880)	-	-	-	(149.880)
Lucro líquido		-	-	-	319.644	-	-	319.644
Destinações:								
Reserva legal	13.2	-	-	9.170	(9.170)	-	-	-
Reserva estatutária	13.2	-	-	310.474	(310.474)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.742.000	11.621	1.548.283	-	(25)	365	3.302.244
Mutação do exercício		-	2.724	169.764	-	289	234	173.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		3.068.645	2.827.912
Lucro líquido		319.644	532.866
Ajustes ao lucro líquido		2.749.001	2.295.046
Depreciações e amortizações	8.2 e 9.2	133.516	115.257
Provisão para perdas esperadas de ativos financeiros	5.1.5	2.209.092	1.991.196
Provisão para perdas esperadas de ativos financeiros - compromissos de empréstimos	12.2.2	36.856	(1.935)
Provisão para ações cíveis, trabalhistas, obrigações legais e outras provisões fiscais	12.2.2	26.470	13.453
Outras provisões		14.946	16.151
Provisão para crédito em confiança		(78)	2.008
Provisão inspeção de taxas e tarifas - DECON		58.603	29.165
Provisão para passivos fiscais		-	43.022
Atualização monetária de depósitos judiciais		(2.570)	(38.029)
Atualização monetária de impostos a compensar		(3.767)	(435)
Ativos e passivos fiscais diferidos	21	41.984	104.786
Apropriação de juros em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(112.355)	(81.368)
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio de resultados		(633)	(749)
Juros não pagos de passivos financeiros ao custo amortizado		284.999	95.968
Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital	13.1	2.733	2.814
(Ganho) / Perda na venda do imobilizado	8	30.585	186
(Ganho) / Perda na baixa do intangível	9	26.451	33
Ajuste de avaliação atuarial (benefícios pós-emprego)		23	50
Juros sobre arrendamento		2.146	3.473
Variação de ativos e passivos		(2.775.861)	(2.219.679)
(Aumento) / Redução em ativos		(4.430.705)	(4.317.569)
Ativos financeiros a custo amortizado		(4.787.566)	(4.193.616)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		2.440	(255.030)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultados		633	749
Outros ativos		353.788	130.328
(Redução) / Aumento em passivos		1.654.844	2.097.890
Passivos financeiros a custo amortizado		1.193.376	2.228.223
Outros passivos		821.437	988.146
Realização do processo da CSLL 6%		-	(625.074)
Realização de provisões cíveis e trabalhistas		(11.292)	(9.539)
Juros pagos de passivos financeiros a custo amortizado		(191.837)	(140.692)
Impostos pagos		(156.840)	(343.174)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		292.784	608.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	8	(45.203)	(75.684)
Aquisição de intangível	9	(182.680)	(113.394)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(227.883)	(189.078)
Atividades de financiamento			
Dividendos pagos	26.1	(253.378)	(131.875)
Amortização de juros - contrato de arrendamento		(2.146)	(3.473)
Amortização de principal - contrato de arrendamento		(11.357)	(1.773)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(266.881)	(137.121)
(Redução) / Aumento em caixa e equivalentes de caixa		(201.980)	282.034
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		292.355	10.321
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	90.375	292.355
Disponibilidades	4	9.167	11.342
Relações interfinanceiras	4	81.208	281.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

1. Contexto operacional

O Banco CSF S.A. ("Banco"), controlado pelo Atacadão S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Dr. Chucri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andares - Vila Cordeiro - São Paulo - SP, constituído em 31 de agosto de 2006 e está autorizado a operar nas Carteiras de Investimento, Crédito, Financiamento e Investimentos regulamentados pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

O BACEN concedeu a autorização para funcionamento do Banco, através do despacho da Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro em 31 de agosto de 2006, publicado no Diário Oficial da União em 4 de setembro de 2006. As atividades do Banco deram início em janeiro de 2007, com o cartão *Private Label* utilizado por seus clientes para realização de compras dentro da rede Carrefour.

Em 8 de fevereiro de 2019, a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) deferiu o Termo de Autenticação - Registro de Constituição da empresa CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda. É uma empresa subsidiária, da qual o Banco é detentor de 100% do capital social.

Em 25 de maio de 2020, foi dado início as atividades da conta reserva do Banco (SPB / conta STR), conforme a Circular BACEN nº 4.011/20, através do correio nº 120039130.

Em 20 de setembro de 2021, foi aprovado pelo INSS a oferta do produto Consignado, conforme processo nº 35014.017761/2021-69.

Atualmente, o Banco é um dos principais emissores de cartão de crédito no Brasil, emitindo cartões com as marcas Carrefour, Atacadão e a partir de novembro de 2022, Sam's Club, com as bandeiras Visa e Mastercard.

2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accountant Standards Board* (IASB) e com as interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o balanço patrimonial consolidado, a demonstração consolidada do resultado, a demonstração consolidada do resultado abrangente, a demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, as notas explicativas consolidadas e declaração dos diretores, acrescidas do relatório da Administração.

Adicionalmente, a demonstração financeira individual foi elaborada localmente de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, doravante denominados "BRGAAP", e estão sendo apresentadas separadamente dessas demonstrações.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: títulos e valores mobiliários são mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e pelo valor justo por meio de resultados ("VJR").

O Banco classifica suas despesas pelo critério de natureza.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa apresenta as alterações no caixa e equivalentes de caixa ocorridas no exercício, oriundas das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos. A nota 4 apresenta a classificação dos itens de caixa e equivalentes de caixa nas contas do balanço patrimonial consolidado. A demonstração consolidada dos fluxos de caixa foi elaborada utilizando o método indireto. Portanto, o saldo de lucro antes dos impostos foi ajustado por transações que não afetam o caixa, tais como: provisões, depreciações, amortizações e perdas por redução ao valor recuperável de operações de crédito. Os juros e dividendos recebidos e pagos são classificados como atividades operacionais, de financiamento ou investimento nos fluxos de caixa de acordo com a natureza correspondente nos ativos e passivos.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer a adoção de estimativas e premissas que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras consolidadas e da divulgação das receitas e despesas durante o exercício. As demonstrações financeiras consolidadas contêm várias estimativas e premissas, incluindo, mas não limitado à adequação da provisão para perda esperada de ativos e passivos financeiros, estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, depreciação e amortização, perdas por redução ao valor recuperável dos ativos, vida útil dos ativos intangíveis, avaliação para realização de ativos fiscais, provisões para contingências e provisões para potenciais perdas originadas de incertezas fiscais e tributárias. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas estão divulgadas na nota 2.3.

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Administração em 8 de fevereiro de 2024.

2.2. Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

2.2.1. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Alterações a IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações a IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial. Elas esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes baseia-se nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação refere-se à transferência, para uma contraparte, de um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Não houve alterações nas demonstrações financeiras consolidadas até a data de entrada em vigor dos normativos.

Alterações a IFRS 17 - Contratos de Seguros

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 para contratos de seguros que visa substituir a IFRS 4 - Contratos de Seguro.

Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Não houve alterações nas demonstrações financeiras consolidadas até a data de entrada em vigor dos normativos.

Alterações a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras consolidadas sujeitos à incerteza na mensuração".

O comitê esclarece que mudanças na estimativa contábil resultadas de novas informações ou novos progressos não são consideradas retificações de erro. Adicionalmente, os efeitos de mudanças em um insumo ou em uma técnica de mensuração usadas para desenvolver uma estimativa contábil são mudanças de estimativas contábeis se elas não resultarem de uma correção de erros de períodos anteriores.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Não houve alterações nas demonstrações financeiras consolidadas até a data de entrada em vigor dos normativos.

Alterações a IAS 12 – Tributos sobre o Lucro

As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares.

Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Não houve alterações nas demonstrações financeiras consolidadas até a data de entrada em vigor dos normativos.

2.2.2. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em exercícios futuros

Até 31 de dezembro de 2023, não foram divulgados pronunciamentos que afetaram as presentes demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

2.3. Estimativas utilizadas

Na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, das receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1. Consolidação

Entidades controladas são todas as entidades às quais o Banco está exposto (ou tem direitos) a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. Uma avaliação de controle é realizada de forma contínua. A entidade controlada é consolidada a partir da data em que o controle é estabelecido até a data em que o controle deixa de existir.

2.3.2. Perda de crédito esperada

Em cada data de apresentação, o Banco avalia se os ativos financeiros tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui “indícios de perda por redução ao valor recuperável” quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

O Banco considera um ativo financeiro inadimplente, ou seja, que é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma), nos seguintes casos:

- i. Ativo financeiro com mais de 90 dias de atraso;
- ii. Ativo financeiro renegociado com mais de 30 dias de atraso;
- iii. Ativo financeiro referente a clientes em litígio com o Banco ou clientes com óbito confirmado; e
- iv. Ativo financeiro referente a clientes que possuem outra dívida classificada como inadimplente pelo Banco.

O período máximo na estimativa de perda de crédito é o período durante o qual o banco está exposto ao risco de crédito e há expectativa de recuperação significativa dos valores a receber.

Aumento significativo no risco de crédito: o Banco avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: o tipo e as características do produto, considerando os seguintes critérios como fatores mínimos:

- i. Estágio 1 para estágio 2: atraso superior a 30 dias, ou aumento da probabilidade de *default* maior do que 4 vezes desde a concessão do crédito, ou probabilidade de *default* superior a 20%; e
- ii. Estágios 1 ou 2 para estágio 3: conforme definição de inadimplência descrita acima.

Cada instrumento financeiro tem suas características de aumento significativo de risco avaliadas individualmente pelo Banco para fins de classificação em estágios. Os parâmetros de provisionamento atribuídos aos instrumentos financeiros, nos diferentes estágios, são dados por modelagem coletiva, por agrupamentos com base em características de risco de crédito homogêneas.

Cenários macroeconômicos: Essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições dos mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

2.3.3. Modificação de ativos financeiros

Os fatores utilizados para determinar se houve alteração substancial do contrato são: modificação nos fluxos de caixa contratuais e extensão significativa do prazo da operação devido às dificuldades financeiras do devedor, alterações significativas na taxa de juros e mudança na moeda em que a operação é denominada.

2.3.4. Transferência de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando todos os riscos e benefícios de sua propriedade são transferidos.

2.3.5. Baixa de ativos financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a utilização da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na demonstração consolidada do resultado do Banco. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na demonstração consolidada do resultado.

2.3.6. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o Banco irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos. Todos os ativos fiscais estão reconhecidos na contabilidade, ou seja, o Banco não possui créditos não ativados.

2.3.7. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de *inputs* específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

2.3.8. Provisões, contingências e obrigações legais

O Banco revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como perdas “Prováveis” são registradas na rubrica “Provisões”.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

2.3.9. Derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Banco não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos, e assim, não possui contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

3. Principais políticas contábeis

3.1. Base para consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas a partir da data de aquisição (data em que o Banco adquire controle) até a data em que o Banco deixa de exercer o controle sobre a controlada.

Controladas

Uma controlada é uma entidade sobre a qual o Banco exerce o controle, direta ou indiretamente. Uma entidade é controlada quando o Banco é exposto (ou tem direitos) a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. O Banco considera todos os fatos e circunstâncias ao avaliar se controla uma subsidiária, tais como direitos resultantes de acordos contratuais ou potenciais direitos de voto substanciais detidos pelo Banco.

Os resultados da controlada, adquiridos durante o exercício, estão incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data de aquisição do controle.

No país	Moeda funcional	Atividade	Participação % consolidada
CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	Real	Corretora de Seguros	100%

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco e de sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *pro rata temporis*, substancialmente, com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data das demonstrações financeiras consolidadas.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos em instituições financeiras, incluindo as disponibilidades, bem como aplicações interfinanceiras de liquidez, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, bem como possuem prazo total de aplicação de até 90 dias a partir da data da aplicação. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.5. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Banco passou a adotar a IFRS 9 que descreve os requerimentos para classificar e mensurar os ativos e passivos financeiros.

Dois critérios devem ser considerados para determinar a classificação dos ativos financeiros, sendo o primeiro o modelo de negócios do Banco na gestão de seus ativos financeiros e o segundo as características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros, podendo ser: a custo amortizado; VJORA; ou VJR.

Sob IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- i. É mantido dentro de um modelo de negócio, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- i. É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido, tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- ii. Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Modelo de negócios

O modelo de negócios é determinado em um nível que reflete como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir um objetivo comercial específico e gerar fluxos de caixa, não dependendo das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Dessa forma, representa se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos financeiros ou ambos.

SPPI Test (Solely Payment Principal and Interest Test)

O SPPI Test tem como objetivo efetuar a avaliação dos fluxos de caixa gerados pelos instrumentos financeiros, verificando se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição aos riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, o ativo financeiro é classificado como VJR.

Em 31 de dezembro de 2023, o Banco avaliou o modelo de negócio dos seus ativos financeiros e identificou que os fundos de investimento se enquadram no conceito de VJR mencionado acima.

Custo amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Taxa de juros efetiva

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juros efetiva, o Banco estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O Banco classifica a hierarquia de valor justo, conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o Banco transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa. Caso contrário, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Segundo a IFRS 13, a mensuração do valor justo utiliza uma hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: São preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. Na ausência de um mercado principal, os ativos e passivos podem ser negociados no mercado mais vantajoso;

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Se o ativo ou o passivo tiver prazo determinado (contratual), a informação classificada nesse nível deve ser observável, substancialmente, pelo prazo integral do ativo ou passivo; e

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Perda de crédito esperada

O Banco avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros.

A perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera receber.

A norma traz o conceito de perda esperada (incluindo o uso de informações prospectivas) e classificação em três estágios. Um ativo migrará de estágio de perdas de crédito esperadas à medida que o risco de crédito se deteriorar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio anterior.

Estágio 1: o Banco classifica neste estágio o instrumento financeiro considerado saudável, adimplente ou com inadimplência igual ou inferior a 30 dias, ou que não tenha um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa o *default* resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;

Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem evidência objetiva de *impairment* (evento de inadimplência), ou se observada inadimplência superior a 30 dias, o instrumento financeiro será classificado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete o *default* estimado da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, são utilizados os indicadores monitorados na gestão de risco de crédito como o critério de atraso (30 dias) e aumento na probabilidade de *default*; e

Estágio 3: Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação considera ativos em *default* (atraso acima de 90 dias, ou 30 dias para instrumentos de reestruturação de dívida).

Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam o Banco ao risco de crédito, consistem primariamente de caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber. O Banco mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com os critérios e objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As exposições do Banco aos riscos de crédito estão divulgadas na nota 25.3.

3.6. Ativos e passivos

Estão apresentados pelo valor de realização, acrescidos, quando aplicável, de rendimentos e variações monetárias.

3.7. Outros ativos

São representados, substancialmente, por valores pagos relativos à contratação de licença de uso de software, antecipação de despesas de prestação de serviços de processamento de dados e seguros contratados. Tais valores são apropriados ao resultado pelo prazo previsto contratualmente.

Fazem parte também do grupo de despesas antecipadas os custos com originação de aquisição de clientes do Banco. Tais custos são amortizados levando-se em consideração o prazo médio de durabilidade do ciclo de vida dos produtos, assim como o percentual observado de ativação dos plásticos.

3.8. Ativo imobilizado

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são registrados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil econômica estimada dos bens, detalhadas na nota 8, baseada em laudo de avaliação técnica elaborado periodicamente por empresa especializada, bem como a avaliação interna da Administração.

3.9. Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade e são registrados pelo custo, deduzido da amortização calculada pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, detalhadas na nota 12, baseada em laudo de avaliação técnica elaborado periodicamente por empresa especializada, bem como a avaliação interna da Administração.

3.10. Ajuste ao valor de recuperação de ativos não financeiros (Impairment)

Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de redução do valor de recuperação dos mesmos.

3.11. Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados por valores das exigibilidades considerando os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras consolidadas, reconhecidos em base *pro rata* dia. Os valores e prazos estão demonstrados na nota 10.

3.12. Operações de arrendamento

O Banco é arrendatário, principalmente, de bens imóveis (ativos subjacentes) para realização de suas atividades comerciais. O reconhecimento inicial ocorre na assinatura do contrato, na rubrica "Outros passivos", que corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida ao ativo de direito de uso, depreciados de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica de "Outras receitas (despesas)".

3.13. Provisões, contingências e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com a IAS 17, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

- **Passivos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões para contingências são realizadas de acordo com a IAS 37.

O Banco adota a seguinte metodologia de provisão para contingências cíveis:

- As ações cíveis com risco acima de R\$ 25 mil são provisionadas na totalidade do risco provável apurado pela assessoria jurídica;
- Para as demais ações cíveis, o Banco adota a metodologia de ticket médio calculado trimestralmente, levando em consideração a média de perda dos últimos 12 meses. Considera-se média de perda, a média de pagamento multiplicado pelo % de favorabilidade ao autor; e
- Para os processos administrativos a avaliação de risco é realizada de forma individual, baseada na opinião dos assessores jurídicos e da Administração. Nestes casos, é provisionado o valor integral do risco.

O Banco adota a seguinte metodologia de provisão para contingências trabalhistas:

- A constituição da provisão para processos trabalhistas com valor reclamado abaixo de R\$ 1 milhão, aplica-se a taxa estatística calculada trimestralmente, a qual, em resumo, considera o percentual do valor pago (total) *versus* o valor reclamado (total) do período de 24 meses, dos casos elegíveis à aplicação da taxa estatística, por categoria: i) hierarquia; ii) operacional; e iii) terceiro insolvente (TIN); e
- Para os processos trabalhistas com pedido acima de R\$ 1 milhão, Ministério Público do Trabalho e reclamações sindicais, aplica-se a análise individualizada do risco envolvido de cada processo.

- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - Referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

3.14. Benefícios pós-emprego

O Banco participa de plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido. A obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, seguindo a IAS 19 – Benefícios a Empregados.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos, e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.15. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 20 mil no mês, e contribuição social 20% de janeiro de 2022 a julho de 2022 (Lei nº 14.183/21) e 21% de agosto de 2022 a dezembro de 2022. Em janeiro de 2023 a alíquota voltou a ser 20% (MP nº 1.115/22). Adicionalmente, foram constituídos créditos tributários às mesmas alíquotas vigentes para o imposto de renda e contribuição social, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros, suficientes para a compensação desses créditos.

3.16. Reservas de pagamentos baseados em instrumentos de capital

O custo é reconhecido como despesa com benefícios a empregados e corresponde ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga, ou seja, a data em que os beneficiários são informados das características e termos do plano. Como o plano é liquidado com instrumentos patrimoniais, o benefício representado pelo pagamento baseado em ações é registrado como despesa com benefícios a empregados em contrapartida ao patrimônio líquido, de acordo com a IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações. O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga.

3.17. Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes substitui a IAS 18 – Receita e a IAS 11 – Contratos de Construção, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita retrate a transferência de bens ou serviços para o cliente.

3.18. Informações por segmentos

A IFRS 8 – Informações por segmento requer a divulgação de informações sobre os segmentos operacionais de uma entidade derivada do sistema de relatórios internos e usadas pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade para tomar decisões sobre os recursos a serem alocados aos segmentos e avaliar seu desempenho.

O Banco oferece aos seus clientes cartões de crédito "Carrefour", "Atacadão" e, desde 2022, "Sam's Club", que podem ser utilizados nas lojas do Grupo e em outros locais, bem como crédito ao consumidor. Tendo em vista que o Banco opera somente no segmento de Cartão de Crédito e a empresa CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda., a qual o Banco tem participação, ainda está classificada como médio porte, a Administração optou por não abrir a nota explicativa.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	9.167	11.342
Aplicações em depósitos voluntários no BACEN (i)	-	271.942
Conta de pagamento instantâneo	81.208	9.071
Total	90.375	292.355

(i) Aplicações compromissadas *over night* em depósitos no BACEN.

5. Ativos financeiros ao custo amortizado

Operações de crédito incluem a carteira em dia com incidência de juros (crédito pessoal, saque, parcelamento de fatura e compras parceladas com juros), a carteira inadimplente e a carteira em *default*. Outros ativos financeiros - valores a receber relativos a transações de pagamento, incluem a carteira em dia sem nenhuma incidência de juros, por isso, a menor concentração de risco e provisão.

5.1. Operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento

As informações da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, estão assim sumarizadas:

5.1.1. Composição da carteira por tipo de operação - pessoas físicas

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos	12.360.919	9.525.786
Valores a receber relativos a transações de pagamento (i)	11.858.415	10.000.306
Total de operações de crédito	24.219.334	19.526.092
(-) Provisão para perda esperada	(7.917.627)	(5.802.937)
Total de provisão para perda esperada	(7.917.627)	(5.802.937)
Total de operações de crédito	16.301.707	13.723.155

(i) Referem-se aos valores a faturar de clientes, relativos às compras realizadas com cartão de crédito no período, entre a data da compra e a data do faturamento, e às transações de parcelamento de compras que não envolvam juros (parcelado sem juros).

5.1.2. Composição da carteira por estágios

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Operações de crédito	Provisão para perda esperada	Total de operações de crédito	Operações de crédito	Provisão para perda esperada	Total de operações de crédito
Estágio 1	14.212.954	(759.662)	13.453.292	11.153.240	(461.908)	10.691.332
Estágio 2	1.543.247	(477.190)	1.066.057	2.224.197	(576.354)	1.647.843
Estágio 3	8.463.133	(6.680.775)	1.782.358	6.148.655	(4.764.675)	1.383.980
Total	24.219.334	(7.917.627)	16.301.707	19.526.092	(5.802.937)	13.723.155

Durante o ano de 2023, reconhecemos baixas por *Write-Off* destacadas na nota 5.1.4, com efeito tanto na carteira de crédito, quanto no estoque de provisão para perdas esperadas de crédito.

A representatividade do Estágio 3 aumentou em 2023, em termos percentuais e absolutos, devido ao efeito de maturidade da carteira. Em dezembro, foi alterado o *trigger* absoluto para aumento significativo de risco, que ocasionou uma migração do público com menor risco do Estágio 2 para o Estágio 1. Além disso, os modelos de perda esperada foram recalibrados, incorporando o comportamento da carteira observado em períodos mais recentes.

5.1.3. Composição da carteira por vencimento

Prazos	31/12/2023	31/12/2022
Vencidos		
Até 14 dias	170.584	167.977
15 - 90 dias	614.136	635.507
91 - 180 dias	776.595	767.653
Após 180 dias	6.950.539	4.931.088
Total vencidos	8.511.854	6.502.225
À vencer		
Até 90 dias	9.549.620	8.160.688
91 - 360 dias	4.861.271	3.937.321
Após 360 dias	1.296.589	925.858
Total à vencer	15.707.480	13.023.867
(-) Provisão para perda esperada	(7.917.627)	(5.802.937)
Total	16.301.707	13.723.155

5.1.4. Movimentação da carteira

Movimentação	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.872.722	1.680.737	3.797.847	15.351.306
Transferências - Estágio 1 (i)	-	652.991	985.046	1.638.037
Transferências - Estágio 2 (i)	(652.991)	-	643.895	(9.096)
Transferências - Estágio 3 (i)	(985.046)	(643.895)	-	(1.628.941)
Aquisição	3.181.580	740.027	927.643	4.849.250
Liquidação	(263.025)	(205.656)	(186.953)	(655.634)
Outros movimentos	-	(7)	(18.823)	(18.830)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.153.240	2.224.197	6.148.655	19.526.092
Transferências - Estágio 1 (i)	-	(43.394)	1.038.465	995.071
Transferências - Estágio 2 (i)	43.394	-	731.117	774.511
Transferências - Estágio 3 (i)	(1.038.465)	(731.117)	-	(1.769.582)
Aquisição	4.338.323	367.455	1.038.492	5.744.270
Liquidação	(283.538)	(273.889)	(394.028)	(951.455)
Baixa para prejuízo	-	(5)	(99.568)	(99.573)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14.212.954	1.543.247	8.463.133	24.219.334

(i) Transferência líquida entre Estágios.

5.1.5. Movimentação da provisão para perda esperada

Movimentação	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(416.384)	(474.031)	(2.938.146)	(3.828.561)
Transferências - Estágio 1 (i)	-	(8.555)	(67.936)	(76.491)
Transferências - Estágio 2 (i)	8.555	-	(188.317)	(179.762)
Transferências - Estágio 3 (i)	67.936	188.317	-	256.253
Constituição	(136.089)	(322.087)	(1.739.816)	(2.197.992)
Reversão	14.074	40.001	152.721	206.796
Mudanças nos modelos / parâmetros de risco	-	1	18.747	18.748
Outros movimentos	-	-	(1.928)	(1.928)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(461.908)	(576.354)	(4.764.675)	(5.802.937)
Transferências - Estágio 1 (i)	-	55.368	(65.394)	(10.026)
Transferências - Estágio 2 (i)	(55.368)	-	(146.868)	(202.236)
Transferências - Estágio 3 (i)	65.394	146.868	-	212.262
Constituição	(322.961)	(159.092)	(2.057.884)	(2.539.937)
Reversão	15.181	56.019	259.645	330.845
Baixa para prejuízo	-	1	94.401	94.402
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(759.662)	(477.190)	(6.680.775)	(7.917.627)

(i) Transferência líquida entre Estágios.

6. Ativos financeiros ao valor justo

As letras financeiras do tesouro são mensuradas pelo VJORA, pois o Banco adota, como modelo de negócio, manter os ativos tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais de principal e juros, como pela venda dos títulos.

As aplicações em fundos de investimento não possuem fluxo de caixa contratual proveniente apenas de principal e juros, sendo o ganho, predominantemente gerado pela valorização de cotas em relação ao preço de aquisição, sendo elas mensuradas pelo VJR.

A carteira de títulos e valores mobiliários é composta como segue:

Descrição	31/12/2023					Total
	Custo amortizado	Ajuste ao VJORA	Ajuste ao VJR	Valores por prazo de vencimento		
				Valor justo		
			Até 360 dias	Acima de 360 dias		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i):						
Carteira livre	667.102	(12)	-	-	667.090	667.090
Vinculados a operações compromissadas	271.699	(33)	-	271.666	-	271.666
Vinculados a garantias	471	-	-	-	471	471
Aplicação em fundos de investimento (ii):						
Carteira própria	4.700	-	605	-	5.305	5.305
Total	943.972	(45)	605	271.666	672.866	944.532

(i) As operações são classificadas como Nível 1.

(ii) As operações são classificadas como Nível 2.

Descrição	31/12/2022					Total
	Custo amortizado	Ajuste ao VJORA	Ajuste ao VJR	Valores por prazo de vencimento		
				Até 360 dias	Acima de 360 dias	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i):						
Carteira livre	572.814	(404)	-	-	572.410	572.410
Vinculados a operações compromissadas	256.476	(167)	-	256.309	-	256.309
Vinculados a garantias	416	-	-	-	416	416
Aplicação em fundos de investimento (ii):						
Carteira própria	4.700	-	491	-	5.191	5.191
Total	834.406	(571)	491	256.309	578.017	834.326

(i) As operações são classificadas como Nível 1.

(ii) As operações são classificadas como Nível 2.

O valor justo das letras financeiras do tesouro registradas na categoria VJORA foi apurado com base nas informações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA e os fundos de investimento foram apurados a partir do valor das cotas, divulgado pelos seus administradores. O ganho não realizado para estes títulos na data-base foi de R\$ 560 (31/12/2022: perda de R\$ 80), impactando negativamente o patrimônio líquido do Banco em R\$ 25 (31/12/2022: R\$ 314) e impactando positivamente o resultado do Banco em R\$ 333 (31/12/2022: R\$ 270), líquido dos efeitos tributários.

7. Outros ativos

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Despesas antecipadas	98.402	77.415	175.817	121.125	67.504	188.629
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 22)	138.526	-	138.526	119.926	-	119.926
Valores a receber sobre transações a vista - APAG (i)	112.360	-	112.360	115.360	-	115.360
Devedores diversos no país (ii)	62.274	-	62.274	23.327	-	23.327
Impostos a compensar	58.395	-	58.395	5.096	-	5.096
Crédito em confiança	25.109	-	25.109	17.986	-	17.986
Rendas a receber	24.719	-	24.719	22.335	-	22.335
Depósitos em garantia - CSLL	22.833	-	22.833	21.220	-	21.220
Depósitos em garantia (iii)	3.092	10.841	13.933	6.771	7.695	14.466
Incentivo a receber (iv)	12.423	-	12.423	309.147	-	309.147
Adiantamentos e antecipações salariais	664	-	664	1.125	-	1.125
Total	558.797	88.256	647.053	763.418	75.199	838.617

(i) Referem-se aos valores a receber da adquirente Cielo, sobre transações de vendas realizadas nos POS ("Point of sales"), produto APAG.

(ii) Referem-se, substancialmente, a valores a receber das bandeiras sobre aliança estratégica, no montante de R\$ 45.735 (31/12/2022: R\$ 3.298), saques em redes credenciadas, no montante de R\$ 4.121 (31/12/2022: R\$ 4.870) e recebimento de clientes em trânsito, no montante de R\$ 2.908 (31/12/2022: R\$ 5.127).

(iii) Referem-se, substancialmente, a valores de depósitos de processos cíveis, no montante de R\$ 8.241 (31/12/2022: R\$ 8.177), depósitos para garantia de reclamações trabalhistas, no montante de R\$ 2.164 (31/12/2022: R\$ 2.889) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no montante de R\$ 2.754 (31/12/2022: R\$ 2.668).

(iv) Referem-se, substancialmente, aos incentivos por renovação contratual com as bandeiras Mastercard e Visa.

8. Imobilizado

8.1. Composição do ativo imobilizado

Descrição	Taxas anuais de depreciação	31/12/2023			31/12/2022		
		Custo	Depreciação	Valor contábil	Custo	Depreciação	Valor contábil
Instalações	10,0%	12.377	(4.356)	8.021	13.544	(5.730)	7.814
Móveis e equipamentos de uso	De 10% a 20%	6.375	(3.184)	3.191	6.809	(3.019)	3.790
Sistema de comunicação	De 10% a 20%	1.654	(1.293)	361	1.980	(1.650)	330
Sistema de processamento de dados	De 12,5% a 33,3%	191.865	(105.342)	86.523	183.170	(84.690)	98.480
Sistema de segurança	20%	469	(469)	-	531	(483)	48
Direito de uso de arrendamento	11,1%	24.358	(12.359)	11.999	33.540	(9.855)	23.685
Total		237.098	(127.003)	110.095	239.574	(105.427)	134.147

8.2. Movimentação do ativo imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Custo		Depreciação		Saldo em 31/12/2023
		Aquisição	Baixa (i)	Despesa	Baixa (i)	
Instalações	7.814	4.003	(5.170)	(1.260)	2.634	8.021
Móveis e equipamentos de uso	3.790	310	(744)	(625)	460	3.191
Sistema de comunicação	330	153	(479)	(112)	469	361
Sistema de processamento de dados	98.480	40.737	(32.042)	(34.007)	13.355	86.523
Sistema de segurança	48	-	(62)	(42)	56	-
Direito de uso de arrendamento	23.685	-	(9.182)	(2.624)	120	11.999
Total	134.147	45.203	(47.679)	(38.670)	17.094	110.095

(i) Os valores referem-se, substancialmente, às baixas por perdas de POS ("Point of sales").

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Custo		Depreciação		Saldo em 31/12/2022
		Aquisição	Baixa	Despesa	Baixa	
Instalações	7.197	1.750	-	(1.133)	-	7.814
Móveis e equipamentos de uso	3.241	1.140	(23)	(583)	15	3.790
Sistema de comunicação	233	224	(14)	(127)	14	330
Sistema de processamento de dados	59.731	63.071	(974)	(24.144)	796	98.480
Sistema de segurança	127	-	-	(79)	-	48
Direito de uso de arrendamento	16.878	9499	-	(2.692)	-	23.685
Total	87.407	75.684	(1.011)	(28.758)	825	134.147

A depreciação é realizada pelo método linear, pela estimativa de vida útil dos ativos adquiridos e pelo período de sete anos, para o ativo de direito de uso de arrendamento.

9. Intangível

9.1. Composição do ativo intangível

Descrição	Taxas anuais de amortização	31/12/2023			31/12/2022		
		Custo	Amortização	Valor contábil	Custo	Amortização	Valor contábil
Softwares e sistemas desenvolvidos	12,5%	407.115	(185.979)	221.136	359.937	(174.162)	185.775
Softwares e sistemas em desenvolvimento	0%	169.373	-	169.373	89.838	-	89.838
Direito de exclusividade	6,5%	825.000	(374.592)	450.408	825.000	(321.079)	503.921
Total		1.401.488	(560.571)	840.917	1.274.775	(495.241)	779.534

9.2. Movimentação do ativo intangível

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Custo			Amortização		Saldo em 31/12/2023
		Aquisição	Baixa (i)	Transferência para utilização	Despesa	Baixa (i)	
Softwares e sistemas desenvolvidos	185.775	3.530	(55.967)	99.615	(41.333)	29.516	221.136
Softwares e sistemas em desenvolvimento	89.838	179.150	-	(99.615)	-	-	169.373
Direito de exclusividade	503.921	-	-	-	(53.513)	-	450.408
Total	779.534	182.680	(55.967)	-	(94.846)	29.516	840.917

(i) Os valores referem-se, substancialmente, às baixas de projetos descontinuados.

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Custo			Amortização		Saldo em 31/12/2022
		Aquisição	Baixa	Transferência para utilização	Despesa	Baixa	
Softwares e sistemas desenvolvidos	151.190	5.360	(33)	62.244	(32.986)	-	185.775
Softwares e sistemas em desenvolvimento	44.048	108.034	-	(62.244)	-	-	89.838
Direito de exclusividade	557.434	-	-	-	(53.513)	-	503.921
Total	752.672	113.394	(33)	-	(86.499)	-	779.534

Os ativos intangíveis, referem-se à aquisição, desenvolvimento de software e direito de exclusividade, destinados à manutenção da atividade do Banco e implementação de novos produtos.

O direito de exclusividade, refere-se ao valor pago ao Atacadão S.A. pela exclusividade na oferta e distribuição de serviços financeiros pelo Banco.

A amortização é realizada pelo método linear, pela estimativa de vida útil dos ativos adquiridos e desenvolvimento de software e pelo período de dezesseis anos para o ativo de direito de exclusividade, durante o qual espera-se que os benefícios futuros sejam substancialmente alcançados.

De acordo com a avaliação elaborada pela Administração sobre os ativos intangíveis, concluiu-se que, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não houve nenhuma indicação relevante de que os ativos possam ter sofrido qualquer desvalorização.

10. Passivos financeiros

10.1. Depósitos à vista

Valores de saldo credor em faturas de cartões de crédito referentes a pagamentos efetuados a maior pelos clientes, no montante de R\$ 17.004 (31/12/2022: R\$ 14.271).

10.2. Depósitos a prazo

Captações na modalidade CDB - Certificado de Depósito Bancário, por intermédio de corretoras, à taxa média de juros pós-fixada de 105,20% do DI (31/12/2022: 101,20% do DI).

Prazo de vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Até 3 meses	226.146	11.941
De 3 a 12 meses	101.420	8.953
Total	327.566	20.894

10.3. Depósitos interbancários

As captações na modalidade CDI - Certificado de Depósito Interbancário foram realizadas em condições de mercado, à taxa média de DI + 0,28% a.a. (31/12/2022: média de DI + 0,64% a.a.).

Prazo de vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Até 3 meses	450.575	1.170.046
Total	450.575	1.170.046

10.4. Captações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2023, as captações no mercado aberto foram realizadas à taxa SELIC de 11,65% a.a. (31/12/2022: 13,70% a.a.) e estavam compostas como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Carteira própria:		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (Até 360 dias)	270.739	253.103
Total	270.739	253.103

10.5. Recursos de aceites e emissão de títulos

Emissão	Título	Vencimento	Taxa	Pagamento	Valor
2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2024	DI+1,30% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 300.000
2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2024	DI+1,10% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 250.000
2022	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2024	De DI+1,00% a.a. até DI+1,05% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 400.000
2022	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2025	De DI+1,10% a.a. até DI+1,15% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 300.000
2023	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2025	De DI+1,25% a.a. até DI +1,40% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 700.000
2023	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2025	108% a.a. do DI	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 12.000

Os valores captados estão acrescidos das despesas auferidas até a data das demonstrações financeiras consolidadas, calculadas *pro rata* dia.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as letras financeiras estavam compostas como segue:

Prazo de vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Até 3 meses	152.248	-
De 3 a 12 meses	988.773	706.541
De 1 a 3 anos	1.155.587	1.369.779
Total	2.296.608	2.076.320

10.6. Outros passivos financeiros

Valores a pagar a adquirentes, relativos às transações realizadas com cartão de crédito bandeirado e conta digital.

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Recebimentos e pagamentos a liquidar - Arranjo de pagamento	8.829.665	18.179	8.847.844	7.376.391	12.772	7.389.163
Total	8.829.665	18.179	8.847.844	7.376.391	12.772	7.389.163

11. Outros passivos

11.1. Sociais e estatutárias

Em 31 de dezembro de 2023, não houve saldos referente a dividendos e bonificações a pagar (31/12/2022: R\$ 103.498).

11.2. Outras obrigações fiscais

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
COFINS	19.661	-	19.661	19.496	-	19.496
Impostos e contribuições sobre salários	15.187	1.245	16.432	12.016	1.605	13.621
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	5.701	-	5.701	4.424	-	4.424
IOF	4.932	-	4.932	5.134	-	5.134
PIS	3.273	-	3.273	3.243	-	3.243
ISS	2.837	-	2.837	2.733	-	2.733
IRRF	1.168	-	1.168	103	-	103
Total	52.759	1.245	54.004	47.149	1.605	48.754

11.3. Outros passivos

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Valores a repassar a bancos referente a créditos cedidos (i)	1.296.170	-	1.296.170	1.025.770	71.382	1.097.152
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 22) (ii)	915.076	226.023	1.141.099	544.365	127.293	671.658
Obrigações por transações de pagamento (iii)	317.998	58.999	376.997	238.089	54.062	292.151
Credores diversos - país (iv)	295.956	80.372	376.328	199.672	29.160	228.832
Provisão para despesas de pessoal	51.021	2.461	53.482	43.188	3.125	46.313
Passivo de arrendamento	2.425	13.624	16.049	4.012	23.395	27.407
Total	2.878.646	381.479	3.260.125	2.055.096	308.417	2.363.513

(i) Referem-se a repasses de valores a bancos sobre créditos cedidos pela empresa Carrefour Comércio e Indústria Ltda. e Atacadão S.A., anteriormente registrados na rubrica "Valores a pagar a sociedades ligadas", que não sofreram alterações no prazo de pagamento ou incremento de taxa de juros.

(ii) Referem-se, substancialmente, a valores de compras de clientes realizadas nas lojas Carrefour, Atacadão e BIG que serão repassadas para essas instituições, no montante de R\$ 1.096.622 (31/12/2022: R\$ 632.149), a pagamentos por serviços prestados, no montante de R\$ 21.730 (31/12/2022: R\$ 20.001) e incentivo de venda, no montante de R\$ 12.348 (31/12/2022: R\$ 10.715).

(iii) Referem-se a repasses de valores a lojistas, referentes a compras de clientes realizadas no *marketplace*.

(iv) Referem-se, substancialmente, a contas a pagar a fornecedores, no montante de R\$ 191.035 (31/12/2022: R\$ 130.975).

12. Provisões, contingências e obrigações legais

12.1. Ativos contingentes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Banco não identificou ativos contingentes.

12.2. Passivos contingentes

O Banco é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3.12. A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para cobrir perdas decorrentes dos respectivos processos.

12.2.1. Classificação dos passivos contingentes

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisões para contingências cíveis	6.969	22.069	29.038	9.263	6.358	15.621
Provisões para contingências trabalhistas	5.049	5.469	10.518	5.331	3.455	8.786
Outras provisões	148	165	313	284	-	284
Compromissos de empréstimos (i)	-	326.275	326.275	-	289.419	289.419
Total	12.166	353.978	366.144	14.878	299.232	314.110

(i) Com a aplicação da IFRS 9, o Banco passou a reconhecer uma provisão sobre os compromissos de empréstimos referentes às linhas de créditos concedidas aos clientes dos cartões Carrefour, Atacadão e Sam's Club apresentadas nos compromissos futuros. O montante de limite de cartão de crédito concedido (*Off Balance*) era de R\$ 12.975.334 (31/12/2022: R\$ 11.937.583).

12.2.2. Movimentação do passivos contingentes

Descrição	31/12/2023					Total
	Cíveis (i)	Trabalhistas (i)	Outras provisões	Compromissos de empréstimos		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.621	8.786	284	289.419		314.110
Constituição	29.804	17.906	29	134.989		182.728
Atualização monetária	6.630	113	-	-		6.743
Reversão	(16.922)	(11.090)	-	(98.133)		(126.145)
Realização	(7.031)	(5.197)	-	-		(12.228)
Outras movimentações - PROCON	936	-	-	-		936
Saldos em 31 de dezembro de 2023	29.038	10.518	313	326.275		366.144

Descrição	31/12/2022					Total
	Cíveis (i)	Trabalhistas (i)	Outras provisões	Compromissos de empréstimos		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	14.061	6.458	258	291.354		312.131
Constituição	12.490	9.081	26	39.941		61.538
Atualização monetária	611	717	-	-		1.328
Reversão	(5.609)	(3.863)	-	(41.876)		(51.348)
Realização	(5.932)	(3.607)	-	-		(9.539)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.621	8.786	284	289.419		314.110

(i) Nas ações cíveis que envolvem disputas, principalmente, relativas a danos morais e materiais e nas ações trabalhistas que envolvem disputas relativas a processos de funcionários do Banco, o montante provisionado representa a avaliação da Administração do Banco sobre as perdas prováveis esperadas nessas ações.

12.2.3. Cronograma esperado de desembolsos

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Outras provisões	Compromissos de empréstimos
Até 1 ano	6.969	5.049	148	-
De 1 a 3 anos	22.069	5.469	165	326.275
Total	29.038	10.518	313	326.275

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

12.2.4. Causas possíveis

O valor das causas fiscais, com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 31 de dezembro de 2023, era de R\$ 52.325 (31/12/2022: R\$ 42.687), que refere-se, substancialmente, a multas e pedidos de compensação de CSLL.

O valor de risco das causas cíveis com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 31 de dezembro de 2023, era de R\$ 1.578 (31/12/2022: R\$ 1.596).

O Banco não tem valores de causas com probabilidade de perda possíveis para ações trabalhistas.

13. Patrimônio Líquido

O valor do capital social no exercício é de R\$ 1.742.000 e está dividido em 1.114.671.113 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

13.1. Reserva de capital

Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital

Descrição dos planos de opções de compra de ações

Primeiro plano de opções aprovado ("Plano Pré-IPO") - Pagos com ações da controladora final do Banco - Atacadão S.A.

O primeiro plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral de acionistas, em 21 de março de 2017. O objetivo principal deste plano, implementado de acordo com a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, foi reter um grupo de executivos-chave para o planejamento e a execução da sua oferta pública inicial (IPO) e obter um alinhamento de seus interesses com o interesse dos acionistas. Os executivos elegíveis são nomeados pelo Conselho de Administração, e são empregados do Grupo Carrefour ("Grupo"). O plano é gerido pelo Conselho de Administração, de acordo com as regras do plano aprovadas formalmente. O Conselho de Administração tem a capacidade de, a qualquer momento: (i) modificar ou encerrar o plano; e (ii) estabelecer as regras aplicáveis às situações não tratadas no plano, desde que não altere ou afete negativamente, sem consentimento do beneficiário, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidas em quaisquer contratos relacionados ao plano.

Os termos e as condições deste plano são regulamentados em um contrato individual com cada executivo elegível. Este contrato, de acordo com as regras aprovadas pela Assembleia Geral de acionistas, define: (i) os executivos elegíveis e sua quantidade individual de opções outorgadas; (ii) o preço de exercício das opções outorgadas; (iii) o cronograma do período de aquisição do direito de exercício (*vesting*); e (iv) as condições para acessar as opções na data de *vesting* ou outros eventos que impactariam a data de *vesting*. Estas condições não incluem condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*).

Plano de Performance Stock Options 2019 ("Plano Regular 19")

O plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de acionistas, realizada em 26 de junho de 2017, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem:

- i. Elegibilidade:** os administradores e empregados do Grupo;
- ii. Beneficiários:** os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo;
- iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga;
- iv. Prazo máximo para exercício das opções:** até o final do 6º ano da data de tal plano;
- v. Diluição societária máxima:** 2,50% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como do plano de opção de compra de ações aprovado; e
- vi. Preço de exercício:** será determinado pelo Conselho de Administração do Grupo no momento da outorga das opções, que considerará, no máximo, os 30 pregões anteriores à data da outorga da opção.

O número de ações que serão entregues dependem do atingimento de três condições de performance, com peso de 33% cada:

- i. Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e fluxo de caixa livre ajustado); e
- ii. Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

Os detalhes dos planos de opções de compra de ações, em 31 de dezembro de 2023, estão demonstrados abaixo:

	Plano Pré-IPO	Plano Regular 2019
Data de aprovação do número de opções autorizadas em Assembleia Geral de acionistas	27-jun-17	26-set-19
Número de opções autorizadas	700.364	320.579
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos	6 anos
Número de executivos elegíveis	3	8
Preço de exercício (em R\$ por opção)	11,70	21,98
Período de exercício das opções	A partir do IPO até 21 de março de 2023 ⁽ⁱ⁾	A partir de 26 de setembro de 2022 até 26 de março de 2025 ⁽ⁱⁱ⁾

⁽ⁱ⁾ As opções podem ser exercidas somente após a ocorrência da oferta pública inicial (IPO) da Controladora e se o beneficiário ainda for empregado pelo Grupo no início do período de exercício, nas seguintes frações:

- i. 1/3 (um terço) na ocorrência do IPO;

- ii. 1/3 (um terço) após 12 meses a partir da ocorrência do IPO; e
- iii. 1/3 (um terço) após 24 meses a partir da ocorrência do IPO.

Para executivos contratados após a data de aprovação do Plano Pré-IPO (21 de março de 2017), as opções outorgadas no Plano Pré-IPO serão exercíveis de acordo com o seguinte esquema:

- i. 1/3 (um terço) das opções outorgadas 12 meses após o IPO;
- ii. 1/3 (um terço) das opções outorgadas 24 meses após o IPO; e
- iii. 1/3 (um terço) das opções outorgadas 36 meses após o IPO.

O *vesting* do primeiro terço das opções outorgadas do Plano Pré-IPO aconteceu no dia 21 de julho de 2017, com a realização da Oferta Primária de Ações, 12 meses depois o segundo terço das opções tiveram seu *vesting period* completo, e 24 meses depois, o terceiro.

(iii) As opções serão liberadas neste prazo e com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Mensuração de valor justo

O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga, conforme demonstrado nos itens abaixo.

Condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*) não são consideradas na estimativa do valor justo das opções de compra de ações na data da mensuração. No entanto, são considerados na estimativa do número esperado de instrumentos patrimoniais que irão proporcionar a aquisição de direito, atualizado a cada período, baseado na taxa de realização esperada para as condições de desempenho que não são de mercado.

O custo calculado conforme acima descrito é reconhecido em linha reta ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*).

A tabela a seguir apresenta uma relação dos parâmetros do modelo utilizado, para os planos de modalidade opções de compras de ações.

	Plano Pré-IPO	Plano Regular 19
Valor justo da opção na data da outorga (R\$ por opção)	3,73	5,20
Valor justo do preço da ação (R\$ por ação)	11,70	21,98
Rendimento de dividendos (%)	1,35%	1,09%
Volatilidade esperada (%)	29,02%	27,20%
Taxa de retorno livre de risco (%)	10,25%	5,57%
Prazo de vida esperada das opções (anos)	3	3
Modelo utilizado	<i>Black-Scholes</i>	<i>Black-Scholes</i>

Volatilidade e rendimento de dividendos

Plano Pré-IPO: O Grupo, que ainda não estava listado no momento da aprovação do plano, definiu os parâmetros básicos com base nas cinco empresas de varejo de capital aberto como grupo comparável, considerando a diferença na capitalização de mercado, o Grupo adotou os valores médios da volatilidade e rendimento de dividendos como a base mais apropriada para o exercício de avaliação.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar. Estabeleceu-se a taxa anual de retorno livre de risco em 10,25%.

Plano Regular: O Grupo utilizou como parâmetro de volatilidade a taxa divulgada no site da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) para o período de 12 meses e o rendimento de dividendos com base nos lucros distribuídos pelo Grupo no ano-base anterior à outorga.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar.

Conciliação de opções de compra de ações restritas em circulação (planos Pré-IPO e Regular 19)

Em 31 de dezembro de 2023, as opções de ações pendentes do Plano Regular 19 foram de 339.104 e o Plano Pré-IPO não apresentou opções de ações pendentes. Ambos os planos não tiveram movimentação nas opções de ações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

Descrição dos planos de remuneração em ações

Planos de Performance *Shares* Local 2020 a 2023 (“Plano Regular 20” a “Plano Regular 23”)

O regulamento dos Planos Regulares 20 e 21 da Controladora foi baseado no regulamento atualizado em AGE de acionistas, realizada em 14 de abril de 2020, o Plano Regular 22 foi baseado no regulamento atualizado em AGE de acionistas, realizada em 5 de maio de 2022, e o Plano Regular 23 foi baseado no regulamento atualizado em AGE de acionistas, realizada em 1º de junho de 2023, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem:

- i. Elegibilidade:** os administradores e empregados do Grupo;
- ii. Beneficiários:** os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo;
- iii. Prazo para que as ações se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga;
- iv. Prazo máximo para exercício das ações:** As ações são transferidas para o executivo na data do *vesting*;
- v. Preço de exercício:** Não há preço de exercício, dado que as ações serão transferidas gratuitamente para os executivos; e
- vi. Diluição societária máxima:** Para os Planos Regulares 20 e 21, foi determinado 2,50% do total de ações do capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as ações concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como dos demais planos locais aprovados.

Para os Planos Regulares 20, 21 e 22, o número de ações que serão entregues dependem do atingimento de cinco condições de performance, com peso de 20% cada:

- i. Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e fluxo de caixa livre ajustado);
- ii. Condição relacionada à valorização da ação em relação ao mercado externo (*Total Shareholder Return*);
- iii. Item relacionado à responsabilidade social corporativa – CSR; e
- iv. Item relacionado à transformação digital da empresa.

Para o Plano Regular 23, o número de ações que serão entregues dependem do atingimento de quatro condições de performance, com pesos de 25% cada:

- i. Duas condições relacionadas à performance financeira (resultado operacional corrente e fluxo de caixa livre ajustado);
- ii. Condição relacionada à valorização da ação em relação ao mercado externo (*Total Shareholder Return*); e
- iii. Item relacionado à responsabilidade social corporativa – CSR.

Os detalhes dos planos de remuneração em ações locais, em 31 de dezembro de 2023, estão demonstrados abaixo:

	Plano Regular 20	Plano Regular 21	Plano Regular 22	Plano Regular 23
Data de aprovação do número de ações em reunião do Conselho de Administração	10-nov-20	25-ago-21	5-mai-22	1º-jun-23
Número de ações autorizadas	154.702	311.745	130.240	328.825
Prazo de vida contratual esperada das ações	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Número de executivos elegíveis	5	16	10	16
Data do <i>vesting</i> (i)	10-nov-23	25-ago-24	5-mai-25	1º-jun-26
Valor justo de cada ação (em R\$ por ação)	17,35	14,56	13,10	11,58

(i) As ações serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Conciliação de ações restritas em circulação (planos regulares)

Os planos de ações restritas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram os seguintes:

	Plano Regular 20	Plano Regular 21	Plano Regular 22	Plano Regular 23
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2022	119.238	243.064	130.240	-
Ações outorgadas até 31 de dezembro de 2023	-	-	-	328.825
Ações exercidas até 31 de dezembro de 2023	(87.872)	-	-	-
Ações canceladas até 31 de dezembro de 2023	(31.366)	(89.363)	(46.174)	(14.283)
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2023	-	153.701	84.066	314.542

Plano de Performance *Shares* Grupo 2020 a 2023 (“Plano Grupo 20” a “Plano Grupo 23”)

Em 26 de fevereiro de 2020, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária (AGO) anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas.

Em 17 de fevereiro de 2021, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª Resolução da AGO anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas.

Em 16 de fevereiro de 2022, após aprovação da Assembleia Geral do Grupo, ocorrida no dia 21 de maio de 2021, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu por outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações serão entregues gratuitamente aos elegíveis, somente se estes permanecerem no Grupo até o término do *vesting period* (36 meses) e se a empresa atingir determinadas metas.

Em 14 de fevereiro de 2023, após aprovação da Assembleia Geral do Grupo, ocorrida no dia 21 de maio de 2021, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu por outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações serão entregues gratuitamente aos elegíveis, somente se estes permanecerem no Grupo até o término do *vesting period* (36 meses) e se a empresa atingir determinadas metas.

O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O número de ações que serão entregues dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada:

- (i) Duas condições relacionadas à performance financeira (Resultado Operacional Corrente - ROC e Fluxo de Caixa Livre - FCF);
- (ii) Retorno total ao acionista (*Total Shareholder Return* - TSR); e
- (iii) Item relacionado à responsabilidade social corporativa (Índice de Responsabilidade Social - RSE).

Os detalhes dos planos de ações Grupo, em 31 de dezembro de 2023, estão demonstrados abaixo:

	Plano Grupo 20	Plano Grupo 21	Plano Grupo 22	Plano Grupo 23
Data da outorga (i)	26-fev-20	17-fev-21	16-fev-22	14-fev-23
Data da reunião do Conselho de Administração	14-jun-19	14-jun-19	21-mai-21	21-mai-21
Data do <i>vesting</i> (ii)	27-fev-23	14-fev-24	16-fev-25	14-fev-26
Total de ações outorgadas na data de outorga	11.464	23.500	18.675	9.500
Número de ações outorgadas	15.018	23.500	18.675	9.500
Valor justo de cada ação (em EUR por ação) (iii)	13,05	11,85	14,21	12,92

(i) Data da notificação (data em que os participantes são notificados sobre as características do plano).

(ii) As ações serão entregues somente se o participante permanecer no Grupo no fim do período do *vesting period* e se as condições de performance forem atingidas.

(iii) Preço da ação do Carrefour S.A. (França) na data da outorga (preço de referência) ajustado pela estimativa de dividendos não recebidos durante o *vesting period*.

Conciliação de ações em circulação (planos Grupos)

Os planos de ações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram os seguintes:

	Plano Grupo 20	Plano Grupo 21	Plano Grupo 22	Plano Grupo 23
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2022	12.549	23.500	18.675	-
Ações outorgadas até 31 de dezembro de 2023	-	-	-	9.500
Ações exercidas até 31 de dezembro de 2023	(10.995)	-	-	-
Ações canceladas até 31 de dezembro de 2023	(1.554)	(12.900)	(8.100)	-
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2023	-	10.600	10.575	9.500

Despesas reconhecidas no resultado

As despesas de pagamentos baseadas em ações do Banco totalizaram, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 2.733 (31/12/2022: R\$ 2.814).

13.2. Reserva de lucros

A reserva legal tem por finalidade, assegurar a integridade do capital social, compensar prejuízos ou aumentar capital. Nos termos da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido do exercício para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Além disso, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal, no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Os saldos das reservas estatutárias visam garantir meios financeiros para a operação do Banco, bem como garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% do capital social. Caberá à Assembleia Geral deliberar acerca da destinação do valor que ultrapasse o limite em questão, podendo ocorrer a distribuição do valor excedente, sua utilização para aumento do capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

13.3. Outros resultados abrangentes

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ajuste ao valor justo - TVM	(25)	(314)
Benefícios pós-emprego	365	131
Total	340	(183)

13.4. Dividendos

De acordo com o Estatuto Social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado pela importância destinada à constituição da reserva legal. Não haverá distribuição de dividendos caso seja verificada uma incompatibilidade com a situação financeira do Banco, inclusive se a Administração julgar que tal distribuição possa prejudicar a liquidez mínima desejável para o Banco ou não atenda os requisitos mínimos de Basileia.

De acordo com a Reunião do Conselho de Administração (RCA) de 14 de dezembro de 2023, os acionistas aprovaram a proposta da Administração pela não distribuição de dividendos decorrentes do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Descrição	Total	31/12/2023 Reais por ação
Dividendos mínimos obrigatórios referente a 31 de dezembro de 2022 (i)	103.498	0,09285
Dividendos adicionais propostos (i) (ii)	149.880	0,13446
Total de dividendos pagos	253.378	0,22731

(i) Na AGO em 28 de abril de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 103.498 e dividendos adicionais propostos, no montante de R\$ 48.529 decorrentes de lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, liquidados em 20 de junho de 2023.

(ii) Na AGE em 17 de junho de 2023, retificada em 6 de fevereiro de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais propostos decorrentes de lucros gerados em exercícios anteriores no montante de R\$ 101.351, liquidados em 20 de junho de 2023.

Descrição	Total	31/12/2022 Reais por ação
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores (i)	131.875	0,11831
Total de dividendos pagos	131.875	0,11831
Dividendos mínimos obrigatórios referente a 31 de dezembro de 2022 (ii)	103.498	0,09285
Total de dividendos a pagar	103.498	0,09285

(i) Na AGE em 29 de setembro de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais propostos decorrentes de lucros gerados em exercícios anteriores. Em 11 de outubro de 2022, o Banco liquidou dividendos no montante de R\$ 131.875.

(ii) Em 31 de dezembro de 2022, a Administração efetuou o registro de R\$ 103.498 a título de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes aos 30% definidos no Estatuto Social, oriundos de lucros gerados no exercício de 2022, registrados no passivo circulante.

De acordo com a AGO de 28 de abril de 2022, os acionistas não aprovaram a proposta da Administração para a distribuição de dividendos propostos decorrentes do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sendo este retomado ao patrimônio do Banco na conta de reserva de lucros.

14. Receitas com juros e similares

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de empréstimos	3.380.169	3.035.566
Rendas de operações com títulos e valores mobiliários	110.198	80.983
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	3.080	2.323
Recuperação de créditos - renegociação	389	492
Total	3.493.836	3.119.364

15. Despesas de juros e similares

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de letras financeiras	(325.492)	(250.463)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(54.916)	(78.807)
Despesas de operações compromissadas	(41.702)	(24.348)
Despesas de depósitos a prazo	(25.759)	(1.237)
Perdas em operações com títulos e valores mobiliários	(519)	(258)
Total	(448.388)	(355.113)

16. Receitas de prestação de serviços

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de intercâmbio (i)	711.385	601.363
Rendas de tarifa bancária (ii)	640.138	618.796
Comissão sobre intermediação na venda de seguros	262.620	225.635
Serviços prestados a ligadas (nota 22) (iii)	122.598	120.485
Tarifa de pacote SMS	107.217	102.848
Rendas com taxa de adesão e antecipações - Serviço de subadquirência APAG	15.003	22.599
Tarifa de avaliação emergencial de crédito	-	2.091
Outros serviços	816	935
Total	1.859.777	1.694.752

(i) Referem-se às rendas de comissões, sobre compras nacionais e internacionais, pagas pelos adquirentes ao Banco emissor do cartão utilizado.

(ii) Referem-se, substancialmente, às receitas de tarifa de anuidade no montante de R\$ 638.518 (31/12/2022: R\$ 618.080).

(iii) Referem-se às rendas de comissões sobre as compras, com ou sem juros, realizadas por clientes com Cartão Carrefour, Cartão Atacadão e Cartão Sam's Club, emitidos pelo Banco.

17. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Proventos	(131.948)	(107.015)
Encargos sociais	(44.626)	(38.231)
Benefícios	(24.861)	(24.801)
Treinamento	(989)	(1.783)
Total	(202.424)	(171.830)

18. Outras despesas administrativas

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com serviços de terceiros (i)	(544.582)	(430.374)
Despesas de processamento de dados (ii)	(331.896)	(295.845)
Despesas com serviços técnicos especializados (iii)	(80.484)	(57.789)
Despesas de comunicações	(68.736)	(76.712)
Despesas de propaganda e publicidade	(63.388)	(83.325)
Despesas de aluguéis	(39.641)	(38.881)
Despesas com materiais	(30.061)	(21.915)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(28.243)	(35.193)
Despesas com honorários administrativos	(16.572)	(13.293)
Despesas com manutenção de bens	(5.677)	(6.976)
Despesas com transportes	(4.437)	(2.495)
Despesas com condomínio e vigilância	(2.091)	(2.017)
Despesas com associação de classes	(1.889)	(1.670)
Despesas com brindes	(1.846)	(1.270)
Despesas com seguro de compras de funcionários	(1.391)	(1.463)
Despesas de custas judiciais	(1.316)	(1.318)
Despesas com filantropias	(905)	(3.360)
Outras	(2.535)	(3.262)
Total	(1.225.690)	(1.077.158)

(i) Referem-se, substancialmente, às despesas com correspondentes bancários no país no montante de R\$ 303.723 (31/12/2022: R\$ 258.019) e serviços de cobrança no montante de R\$ 210.743 (31/12/2022: R\$ 152.188).

(ii) Referem-se, substancialmente, às despesas com processamento das operações de cartão de crédito.

(iii) Referem-se, substancialmente, às despesas com auditoria, consultorias, assessorias e honorários advocatícios.

19. Despesas tributárias

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
COFINS	(206.142)	(207.987)
ISS	(38.226)	(35.374)
PIS	(34.374)	(34.510)
Outras	(1.398)	(2.701)
Total	(280.140)	(280.572)

20. Outras receitas (despesas) operacionais

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas operacionais		
Incentivo recebido das bandeiras (i)	77.516	336.217
Recuperação de custos de comissões de seguros	35.861	23.188
Participação nos lucros com venda de seguros (ii)	8.975	11.148
Variação cambial ativa	4.451	5.527
Outras rendas operacionais	1.011	856
Reversão de provisão de riscos operacionais	96	8.716
Incentivos por renovação contratual	-	18.142
Outras despesas operacionais		
Intercâmbio nacional e internacional (iii)	(180.690)	(189.437)
Bonificações	(77.472)	(59.461)
Baixa de ativos	(47.972)	-
Perdas operacionais	(25.702)	(21.261)
Incentivos de vendas	(12.348)	(10.715)
Transmissão de dados - APAG	(12.177)	-
Despesas com fraudes	(7.968)	(7.864)
Despesas com acordos cíveis	(7.018)	(5.973)
Recompra de operações cedidas	(3.940)	(169)
Variação cambial passiva	(3.552)	(4.827)
Outras despesas operacionais	(2.967)	(4.037)
Total	(253.896)	100.050

(i) Referem-se, substancialmente, aos incentivos recebidos da bandeira Mastercard, referente a aceleração da migração das lojas BIG em 2023. Em 2022, referem-se, substancialmente, à renovação contratual ocorrida.

(ii) Referem-se, substancialmente, aos incentivos por cumprimento de metas de seguros, baseado em volumes de transações que foram atingidos em 2023.

(iii) Referem-se às despesas incorridas pela utilização da marca das bandeiras Visa e MasterCard.

21. Imposto de renda e contribuição social

21.1. Despesas com impostos e contribuições

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	483.200	893.001
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(217.440)	(410.780)
Efeito tributário da alíquota da CSLL - MP nº 1.115/22 e Lei nº 14.183/21	-	5.995
Ajuste de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	4.881	(46)
Efeito tributário sobre (adições) / exclusões permanentes		
Diferença de alíquota de entidade consolidada	20.926	18.442
Outras (despesas) indedutíveis / receitas não tributáveis	3.302	(6.965)
Atualização monetária de impostos a compensar	1.925	13.262
PLR dos estatutários	(1.174)	(1.447)
Lei de inovação tecnológica nº 11.196/05	22.676	22.678
Perdas operacionais	(767)	(7.187)
Deduções de incentivos / subvenções fiscais	2.067	5.865
Efeito tributário do adicional de IRPJ	48	48
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(163.556)	(360.135)
IRPJ e CSLL correntes	(121.572)	(255.349)
IRPJ e CSLL diferidos	(41.984)	(104.786)
Total do imposto de renda e contribuição social	(163.556)	(360.135)

21.2. Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social	483.200	893.001
Imposto de renda e contribuição social	163.556	360.135
Alíquota efetiva	33,85%	40,33%

Em 2023, a variação da alíquota efetiva foi impactada pela redução nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL, devido alteração de critérios de dedutibilidade referente as despesas operacionais do Banco e redução nas bases de cálculo de PIS e COFINS.

21.3. Movimentação dos ativos fiscais diferidos

Descrição	31/12/2023					
	IR			CS		
	Saldo em 31/12/2022	Constituição / (Realização)	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022	Constituição / (Realização)	Saldo em 31/12/2023
Refletido no resultado						
Provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos (i)	166.794	(42.263)	124.531	133.435	(33.811)	99.624
Provisão para outras despesas de pessoal / participação nos lucros	7.541	2.371	9.912	6.033	1.896	7.929
Provisão para contingências tributárias	71	7	78	57	6	63
Provisão para perdas operacionais	7.327	12.783	20.110	5.861	10.227	16.088
Provisão para contingências cíveis	3.905	3.355	7.260	3.124	2.684	5.808
Provisão para contingências trabalhistas	2.197	432	2.629	1.757	347	2.104
Provisão de PLR e benefício pós-emprego	30	(13)	17	11	(5)	6
Refletido no patrimônio líquido						
Ajuste ao valor justo sobre títulos e valores mobiliários	168	(125)	43	135	(101)	34
Total	188.033	(23.453)	164.580	150.413	(18.757)	131.656

Descrição	31/12/2022					
	IR			CS		
	Saldo em 31/12/2021	Constituição / (Realização)	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Constituição / (Realização)	Saldo em 31/12/2022
Refletido no resultado						
Provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos (i)	190.858	(24.064)	166.794	152.687	(19.252)	133.435
Provisão para outras despesas de pessoal / participação nos lucros	8.787	(1.246)	7.541	7.028	(995)	6.033
Provisão para contingências tributárias	40.739	(40.668)	71	32.592	(32.535)	57
Provisão para perdas operacionais	539	6.788	7.327	431	5.430	5.861
Provisão para contingências cíveis	3.515	390	3.905	2.812	312	3.124
Provisão para contingências trabalhistas	1.615	582	2.197	1.292	465	1.757
Provisão de PLR e benefício pós-emprego	25	5	30	9	2	11
Refletido no patrimônio líquido						
Ajuste ao valor justo sobre títulos e valores mobiliários	683	(515)	168	546	(411)	135
Total	246.761	(58.728)	188.033	197.397	(46.984)	150.413

(i) O saldo dos créditos tributários está demonstrado pelo valor líquido, considerando a reativação de operações de crédito renegociadas após a baixa para prejuízo.

21.4. Imposto de renda e contribuição social a pagar

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	
		Total	Total		Total	Total
Imposto de renda e contribuição social a pagar	42.268	-	42.268	61.890	-	61.890
Total	42.268	-	42.268	61.890	-	61.890

22. Transações entre partes relacionadas

22.1. Empresas ligadas

As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à IAS 24.

Em 31 de dezembro de 2023, as partes relacionadas eram compostas pelas seguintes empresas:

- i. Controladoras indiretas do Banco - Carrefour Comércio e Indústria Ltda. e Atacadão S.A.;
- ii. Controladora direta do Banco - BSF Holding S.A.;
- iii. Empresas ligadas - Comercial de Alimentos Carrefour Ltda. e Grupo BIG Brasil S.A.; e
- iv. Outras partes relacionadas - Itaú-Unibanco S.A., Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda. e Ewally Tecnologia e Serviços S.A.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as operações com tais partes relacionadas caracterizavam-se, basicamente, por:

Partes relacionadas / Operações	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.				
Nota de crédito / débito	280	-	-	-
Desconto de campanhas	3.388	2.240	-	-
Valores a receber (i)	55.705	53.555	-	-
Valores a receber - descontos concedidos a funcionários	252	265	-	-
Valores a receber - <i>Ecommerce</i>	9	3	-	-
Valores a receber - desconto em folha de pagamento de funcionários	4.348	4.291	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(12.838)	(9.865)	(134.526)	(119.337)
Repasses de valores e comissões (iii)	(480.920)	(228.627)	66.442	77.820
Aluguéis a pagar	(1.255)	(2.263)	(11.842)	(14.258)
Despesas administrativas	-	-	(72)	(120)
Outras despesas operacionais	-	-	(12.318)	(19.789)
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.				
Valores a receber (i)	1.423	1.577	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(1)	(323)	(4.121)	(3.955)
Repasses de valores e comissões (iii)	(34.260)	(7.918)	1.538	1.306
Grupo BIG Brasil S.A.				
Desconto de campanhas	(390)	-	(3.256)	(920)
Valores a receber (i)	895	433	-	-
Valores a receber - <i>Membership</i>	404	-	1.834	-
Valores a receber - descontos concedidos a funcionários	1	-	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(830)	(1.838)	(17.837)	(2.121)
Repasses de valores e comissões (iii)	(90.232)	(16.872)	4.985	360
Aluguéis a pagar	(1.640)	(15)	(2.573)	(23)
Atacadão S.A.				
Desconto de campanhas	994	387	-	(3)
Valores a receber (i)	65.655	52.728	-	-
Valores a receber - desconto em folha de pagamento de funcionários	5.172	4.447	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(13.169)	(11.871)	(146.159)	(118.280)
Repasses de valores e comissões (iii)	(504.487)	(391.123)	49.633	40.999
Aluguéis a pagar	(1.077)	(943)	(13.051)	(13.254)
Direito de exclusividade	450.408	503.921	(53.513)	(53.513)
Itaú-Unibanco S.A.				
Depósitos interfinanceiros	(50.034)	(632.941)	(29.904)	(28.043)
Operações compromissadas	(270.798)	(43.017)	(39.137)	(19.779)
Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda.				
Certificado de depósito bancário	-	-	-	(52)
BSF Holding S.A.				
Dividendos a pagar	-	(103.498)	-	-
Certificado de depósito bancário	(6.552)	(6.449)	(793)	(906)
Ewally Tecnologia e Serviços S.A.				
Valores a receber - comissões	133	188	816	923
Valores a pagar - prestação de serviços	(587)	(677)	(626)	(721)

(i) Referem-se a recebimentos de clientes nos pontos de vendas das lojas Carrefour, Atacadão e Sam's Club.

(ii) Referem-se a serviços de cadastro e manutenção de clientes e prestação de serviços de correspondente bancário no país, com contrapartida em despesa.

(iii) Referem-se a repasses de compras efetuadas por clientes nas lojas Carrefour Comércio e Indústria Ltda., Comercial de Alimentos Carrefour Ltda., Atacadão S.A. e Grupo BIG Brasil S.A., líquidos de comissão, com contrapartida em receita.

22.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	16.572	13.293
Pagamento baseado em instrumento de capital	11.621	8.897
Contribuição aos planos de aposentadoria	363	271
Total	28.556	22.461

23. Benefícios pós-emprego

Com o objetivo de complementar os benefícios da previdência social com um plano de contribuição variável, o Banco atua como patrocinador, contribuindo mensalmente com o fundo de previdência, limitando-se ao percentual mínimo de 1% e máximo de 5% do salário bruto, de acordo com a opção feita pelo funcionário.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante da despesa dessa contribuição era de R\$ 2.297 (31/12/2022: R\$ 2.379) e está registrado na rubrica “despesas de pessoal”.

O Banco elabora anualmente, para a data-base de dezembro, o estudo atuarial sobre a aplicação da IAS 19 – Benefícios a empregados, que resultou no montante de provisão acumulada de R\$ 123 (31/12/2022: R\$ 335).

24. Valor justo dos ativos e passivos

24.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Valor justo	Nível 1	Nível 2
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	944.532	939.227	5.305	834.326	829.135	5.191
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	939.227	939.227	-	829.135	829.135	-
Aplicações em fundos de investimento	5.305	-	5.305	5.191	-	5.191

Nível 1: Para as letras financeiras do tesouro, a avaliação geralmente baseia-se em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como ANBIMA.

Nível 2: Para as aplicações em fundos de investimento, a avaliação baseia-se na natureza dos investimentos desta categoria e a mensuração do valor justo foi apurado a partir do valor das cotas, divulgado pelos administradores dos fundos.

Os instrumentos financeiros do Banco, exceto os mensurados ao VJR e VJORA, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

Descrição	31/12/2023			
	Valor contábil	Valor justo	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa (i)	90.375	90.375	90.375	-
Ativos financeiros				
Ao custo amortizado (ii)	16.301.707	15.423.733	-	15.423.733
Passivos financeiros				
Ao custo amortizado	12.210.336	12.251.980	12.251.980	-
Captações no mercado aberto (i)	270.739	270.739	270.739	-
Depósitos (iii)	795.145	795.393	795.393	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (iii)	2.296.608	2.338.003	2.338.003	-
Outros passivos financeiros (i)	8.847.844	8.847.844	8.847.844	-
Outros passivos (iv)	3.314.129	3.310.327	3.310.327	-

Descrição	31/12/2022			
	Valor contábil	Valor justo	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa (i)	292.355	292.355	292.355	-
Ativos financeiros				
Ao custo amortizado (ii)	13.723.155	13.267.354	-	13.267.354
Passivos financeiros				
Ao custo amortizado	10.923.797	10.946.602	10.946.602	-
Captações no mercado aberto (i)	253.103	253.103	253.103	-
Depósitos (iii)	1.205.211	1.218.671	1.218.671	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (iii)	2.076.320	2.085.665	2.085.665	-
Outros passivos financeiros (i)	7.389.163	7.389.163	7.389.163	-
Outros passivos (iv)	2.515.765	2.515.765	2.515.765	-

Nível 2: O Nível 2 inclui as informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente, que geralmente são: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades etc.); e (iv) informações que são derivadas principalmente de/ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: O Nível 3 inclui as informações de dados para os ativos que não são baseados em dados observáveis de mercado como o fator de risco de crédito atrelado ao valor justo da carteira de crédito.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

i. Caixa e equivalentes de caixa, captações no mercado aberto e outros passivos financeiros: Os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo, pois caracterizam operações de curto prazo.

ii. Ativos financeiros ao custo amortizado:

A carteira em dia sem juros é levada a valor futuro pelas taxas equivalentes aos seus vértices de vencimento da curva *Swap* DI Pré. Trazida a valor presente pela taxa DI *Over*. Ambas com data de referência desta demonstração financeira.

A carteira em dia com juros é levada a valor futuro pela taxa média do Banco informada ao BACEN em seus vértices de vencimento. Trazida a valor presente pela taxa média de mercado informada pelo BACEN na data de referência desta demonstração financeira.

A carteira em atraso é levada a valor futuro pela taxa equivalente do vértice 1 da curva *Swap* DI Pré. Trazida a valor presente pela taxa DI *Over*. Ambas com data de referência desta demonstração financeira.

Como componente do Risco de Crédito, atrelado ao cálculo do valor justo para a carteira, o Banco considerou a provisão para perdas esperadas segundo as orientações do IAS - IFRS 9 relativa à carteira local. No conceito IFRS 9, a metodologia de cálculo já contempla a aplicação de valor justo em sua apuração.

iii. Recursos de aceites e emissão de títulos e depósitos: O valor justo estimado utiliza os vencimentos dos fluxos de caixa trazidos a valor presente pela taxa interpolada do CDI (taxa média entre a data-base atual e data de vencimento do título).

iv. Outros passivos: O valor justo é igual ao valor contábil levando em consideração que o pagamento da obrigação não sofrerá alteração até o momento da liquidação.

25. Gestão de capital e dos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional, estratégico, socioambiental e reputacional

O Banco atua com uma estrutura de Gestão dos Riscos segregada e independente das demais atividades do negócio. A atividade de gerenciamento integrado de riscos e capital atua para assegurar que os riscos sejam identificados, mitigados, reportados e controlados, de acordo com o apetite ao risco estabelecido pela Instituição e em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17. Com o objetivo de garantir uma atuação independente, a Superintendência de Riscos Integrados é responsável pelo gerenciamento dos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional, estratégico, socioambiental, gestão do capital e governança de validação de modelos. O processo de Gerenciamento Integrado de Riscos consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, reportar e mitigar os riscos do Banco, reportando-os à alta Administração da Instituição por meio de uma estrutura de comitês periódicos. A aprovação das políticas e relatórios de acesso público referentes ao gerenciamento de riscos é submetida para aprovação do Conselho de Administração que é o órgão responsável por estabelecer diretrizes, aprovar as políticas e definir o nível de apetite a risco da Instituição.

25.1. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como:

- i. A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- ii. A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez é realizado por meio de controle diário do fluxo de caixa, elaborado através de modelos internos, projetando cenários de curto e longo prazo, considerando as principais fontes de receitas, despesas e riscos relacionados, e variáveis econômicas que influenciam o negócio, possibilitando uma visão estratégica do impacto do risco de liquidez no negócio. Esses modelos são baseados em metodologias que atendem às necessidades do negócio e passam por validações periódicas através de testes de aderência.

Compõem o gerenciamento de risco de liquidez, a simulação de cenários de estresse considerando que as premissas de maior impacto sejam por eventos internos ou impactos macroeconômicos. Por meio destes cenários, podemos definir linhas de contingências e estratégias de liquidez. As decisões são aprovadas no *Assets Liabilities Comitee* (ALCO).

O reporte regulatório das posições relacionadas ao risco de liquidez é realizado por meio do relatório mensal Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL).

Parte da estratégia administrativa de liquidez do Banco consiste em investir em títulos públicos, altamente líquidos e oferecer um retorno satisfatório.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o valor contábil dos ativos e passivos financeiros, o prazo de vencimento contratual restante dos ativos e passivos do Banco e os prazos de amortizações contratuais, assim como os fluxos de caixa futuros, incluindo juros dos instrumentos financeiros.

31/12/2023

Ativos	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	939.226	271.666	-	509.672	157.888
Aplicação em fundos de investimento	5.306	-	-	-	5.306
Operações de crédito	24.219.334	18.061.751	4.861.052	1.296.261	270
(-) Provisão para perda esperada	(7.917.627)	(7.187.164)	(438.600)	(291.855)	(8)
Total	17.246.239	11.146.253	4.422.452	1.514.078	163.456

Passivos	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Depósitos	795.145	693.725	101.420	-	-
Captações no mercado aberto (i)	270.739	270.739	-	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (ii)	2.296.608	152.248	988.773	1.155.587	-
Outros passivos financeiros	8.847.844	-	8.829.665	18.179	-
Total	12.210.336	1.116.712	9.919.858	1.173.766	-

31/12/2022

Ativos	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	829.135	256.309	-	19.596	553.230
Aplicação em fundos de investimento	5.191	-	-	-	5.191
Operações de crédito	19.526.092	14.662.838	3.937.393	925.737	124
(-) Provisão para perda esperada	(5.802.937)	(5.296.715)	(328.549)	(177.668)	(5)
Total	14.557.481	9.622.432	3.608.844	767.665	558.540

Passivos	Valor contábil	31/12/2022			
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Depósitos	1.205.211	1.196.258	8.953	-	-
Captações no mercado aberto (i)	253.103	253.103	-	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (ii)	2.076.320	-	706.541	1.369.779	-
Outros passivos financeiros	7.389.163	5.975.663	1.400.728	12.772	-
Total	10.923.797	7.425.024	2.116.222	1.382.551	-

(i) Os vencimentos e rentabilidades das captações no mercado aberto estão detalhados na nota 10.4.

(ii) Os vencimentos e rentabilidades das letras financeiras estão detalhados na nota 10.5.

25.2. Risco de mercado

Risco de mercado define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. Atualmente, o Banco atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e com foco específico no mercado de crédito para pessoas físicas. Essa estratégia permite que o Banco mantenha baixo seu nível de exposição com relação ao risco de mercado. Para realizar operações financeiras no mercado, a Instituição dispõe de uma carteira de títulos públicos de alta qualidade e liquidez, sendo que as operações são registradas na carteira *banking*.

O reporte regulatório das posições relacionadas ao risco de mercado é efetuado por meio do relatório mensal CADOC 2060 - Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM).

25.2.1. Análise de sensibilidade

O Banco atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras, viabilizando o acesso ao crédito por meio dos cartões Carrefour, Atacadão e Sam's Club, além de empréstimos consignados. Essa estratégia reflete em uma posição de ativos e passivos com baixa exposição a alterações significativas em seus valores contábeis apurados em decorrência das incertezas e sensibilidades de riscos de mercado, alterações de taxas de juros, taxas inflacionárias, cambiais e outros fatores econômicos. As principais exposições de ativos e passivos do balanço do Banco, em 31 de dezembro de 2023, foram analisadas considerando a sua natureza, critérios de mensuração dos valores contábeis e respectiva exposição a alterações significativas, conforme seguem:

Ativos

Títulos e valores mobiliários: Instrumentos com baixo risco e constantemente negociados, sem variações relevantes dos valores justos. As taxas pós-fixadas do instrumento, mesmo que com choques relevantes de cenário, não apresentariam alterações significativas por conta da baixa exposição.

Disponibilidade de moeda estrangeira: A exposição em moeda estrangeira é baixa e não geraria impactos significativos no valor dos ativos do Banco, mesmo que em um cenário estressado de câmbio.

Operações de crédito: O valor apurado corresponde ao montante recebível das faturas em aberto e saldos em atraso negociados a uma taxa de juros fixa com os clientes. Desta forma, as exposições contábeis apuradas não sofrem alteração na sua mensuração em decorrência da alteração de taxas básicas praticadas, uma vez que esses efeitos seriam refletidos apenas em posições patrimoniais futuras.

Passivos

As exposições em depósitos e letras financeiras são instrumentos financeiros passivos precificados com base em taxas de juros pós-fixados. Entretanto, a alteração dessas taxas não refletiria em uma alteração significativa nas posições contábeis mensuradas para a data de apresentação do balanço, uma vez que os saldos passivos são reflexos do indexador atual, praticado em cada um dos instrumentos, e qualquer alteração seria refletida apenas em posições futuras.

25.3. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrerem perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Atualmente, o Banco atua no segmento de varejo via concessão de crédito a pessoas físicas através dos cartões Carrefour, Atacadão e Sam's Club. Os principais riscos de crédito incorridos pelo Banco estão relacionados à inadimplência de tomadores de créditos na liquidação dos compromissos assumidos, desembolsos financeiros para honrar compromissos de créditos ou operações de naturezas semelhantes e de possíveis renegociações em termos desfavoráveis frente às condições pactuadas inicialmente.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito acompanha os indicadores de concessão de crédito, de utilização do crédito por seus clientes e de recuperação de operações inadimplentes e/ou lançadas à perda contábil.

A concessão de crédito é realizada através da seleção de clientes por análise qualitativa e quantitativa de perfis. Para determinação do limite a ser disponibilizado, a área conta com sistemas automatizados, modelos estatísticos e indicadores gerenciais definidos em políticas internas da Instituição.

A gestão do portfólio é direcionada por indicadores gerenciais e sistemas que permitem alterações de limites de crédito de forma massificada e automática. Critérios de elegibilidade a estas ações, bem como limitadores de valores e períodos para realização das mesmas, estão definidos em política interna.

Sobre a carteira inadimplente ou com tendência à inadimplência, são realizadas ações de recuperação da saúde financeira do cliente e das operações com alta probabilidade de *default*. A régua de ações de cobrança, definições estratégicas de atuação, política de descontos em negociações e remuneração de escritórios externos de cobrança estão definidos em política interna.

Os relatórios de análise da carteira de crédito são disponibilizados às áreas de negócio e à alta Administração. Periodicamente, são apresentados ao Comitê de Risco de Crédito e ao Comitê Integrado de Riscos (CIR) indicadores como o custo de crédito, saldo de Provisão Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), indicadores de performance, performance de cobrança e inadimplência da carteira e a parcela de alocação de capital para exposições ao risco de crédito.

A exposição estimada do Banco ao risco de crédito está apresentada abaixo:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Operações de crédito	Provisão para perda esperada	Provisão para perda esperada (%)	Operações de crédito	Provisão para perda esperada	Provisão para perda esperada (%)
Operações de crédito	14.212.954	(759.662)	-5,3%	11.153.240	(461.908)	-4,1%
Limite de crédito	12.179.939	(293.006)	-2,4%	11.035.132	(233.285)	-2,1%
Estágio 1	26.392.893	(1.052.668)	-4,0%	22.188.372	(695.193)	-3,1%
Operações de crédito	1.543.247	(477.190)	-30,9%	2.224.197	(576.354)	-25,9%
Limite de crédito	705.146	(33.269)	-4,7%	916.797	(56.134)	-6,1%
Estágio 2	2.248.393	(510.459)	-22,7%	3.140.994	(632.488)	-20,1%
Operações de crédito	8.463.133	(6.680.775)	-78,9%	6.148.655	(4.764.675)	-77,5%
Estágio 3	8.463.133	(6.680.775)	-78,9%	6.148.655	(4.764.675)	-77,5%

A provisão sobre os compromissos contingentes (linhas de crédito dadas aos clientes, mas não usadas) é apresentada na nota 12.2.2.

No que diz respeito ao risco de crédito relativos à caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a exposição é baixa, visto que os recursos caixa e equivalentes de caixa são com instituições de *rating* elevados e as aplicações são em títulos públicos no Brasil.

Os maiores detalhes das operações de crédito são apresentados na nota 5.

25.4. Risco operacional

Risco Operacional é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos (catástrofes naturais, crises sociais e econômicas do mercado, problemas com infraestrutura e crises sistêmicas) ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui ainda o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e à indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

O Banco classifica os eventos de riscos identificados em seus processos nas seguintes categorias:

- i. Fraude interna;
- ii. Fraude externa;
- iii. Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- iv. Práticas inadequadas relativas a usuários finais, clientes, produtos e serviços;
- v. Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- vi. Situações que acarretem a interrupção das atividades da Instituição ou a descontinuidade dos serviços prestados, incluindo o de pagamentos;
- vii. Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação; e
- viii. Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da Instituição, incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamento.

A área de Risco Operacional & Controles Internos encontra-se sob a mesma estrutura dos demais riscos e é responsável por implementar as políticas e os procedimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos operacionais do Banco.

A política de Risco Operacional & Controles Internos do Banco é submetida à revisão e aprovação anual pela Diretoria de Riscos & Governança de Dados e pelo Conselho de Administração, e tem o objetivo de estabelecer as diretrizes e estratégias do gerenciamento de riscos operacionais e controles internos da Instituição, definindo um sistema de regras, princípios e responsabilidades de modo a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar riscos, em conformidade com as regras estabelecidas pelos órgãos reguladores (Conselho Monetário Nacional - CMN e BACEN).

Seguindo os princípios de boas práticas determinados pelo BACEN, o sistema de gerenciamento de risco operacional do Banco estrutura-se em três linhas de defesa, com papéis e responsabilidades bem definidos, de forma a reafirmar a segregação entre as unidades de negócios e suporte e garantir a gestão dos riscos de forma descentralizada e independente, além de uma governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam à alta Administração.

Dentre as metodologias e ferramentas definidas pela área de Risco Operacional & Controles Internos utilizadas no Banco para o eficaz gerenciamento dos riscos operacionais, ressaltamos:

- i. Mapeamento de riscos e controles;
- ii. Base de perdas operacionais;
- iii. Execução de testes;
- iv. Monitoramento dos planos de ação para mitigação dos riscos apontados; e
- v. A mensuração da exposição final ao risco.

Em atendimento ao disposto pela Circular BACEN nº 3.640/13, o Conselho de Administração do Banco optou por seguir a metodologia designada por "Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada" para cálculo do Capital Regulatório para Risco Operacional.

25.5. Risco estratégico

Segundo as definições do Componentes de Gerenciamento de Riscos Corporativos (COSO 2017), o risco estratégico pode ser identificado por três grandes dimensões, que dizem respeito à sinergia entre o planejamento estratégico e os riscos relacionados à estratégia. Essas três grandes dimensões são:

- i. A possibilidade da estratégia não estar alinhada com a missão, visão e principais valores;
- ii. As implicações derivadas da estratégia escolhida; e
- iii. Riscos na execução da estratégia.

O processo de definição do planejamento estratégico deve considerar os principais riscos que podem afetar os seus objetivos estratégicos e de negócio e resultar em indicadores que permitam ganhos de performance.

O inventário de riscos estratégicos foi desenvolvido em sinergia com a área de Planejamento Estratégico. Após a definição das diretrizes estratégicas do Banco, os riscos foram avaliados nas três dimensões citadas anteriormente.

25.6. Risco social, ambiental e climático (RSAC)

Risco social, ambiental e climático (RSAC) define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Para o gerenciamento desse risco, devemos considerar:

- i. Sistemas, rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o RSAC presente nas atividades e nas operações da Instituição;
- ii. Registro de dados referentes às perdas efetivas em função de danos socioambientais, pelo período mínimo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico objeto da operação;
- iii. Avaliação prévia dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco de reputação; e
- iv. Procedimentos para adequação do gerenciamento do RSAC às mudanças legais, regulamentares e de mercado.

Contamos com procedimentos internos para identificar, avaliar, gerenciar e mitigar os riscos socioambientais das operações e atividades. Este gerenciamento ocorre de acordo com as diretrizes descritas nos itens abaixo:

- i. Aprovação de novos produtos e serviços: Avaliamos e gerenciamos os potenciais impactos socioambientais negativos de produtos e serviços por meio de uso de critérios no processo de criação e/ou revisão dos nossos produtos, incluindo os riscos de reputação, e possuímos normas internas de aprovação de produtos e serviços avaliando aspectos regulatórios e de gestão de riscos;
- ii. Relação com partes interessadas: Promovemos o desenvolvimento contínuo e a oferta de produtos e serviços financeiros que contribuam com o desenvolvimento sustentável;
- iii. Fornecedores e prestadores de serviços: Buscamos sempre trabalhar com prestadores de serviços/fornecedores que tenham boa conduta ética e que incentivem a adoção de boas práticas dentro de suas empresas, repudiando qualquer prática que não esteja em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes, que se mostrem vinculadas a ações de favorecimento pessoal ou que caracterizem situações de corrupção ou suborno. Para nos assegurar destes riscos, incluímos em todos os contratos com fornecedores, cláusulas que estipulam obrigações anticorrupção e socioambientais, incluindo a coibição de trabalho escravo, infantil e exploração sexual, bem como o respeito ao meio ambiente, dependendo do escopo de atividade do fornecedor ou prestador de serviços;
- iv. Orientação financeira: Reconhecemos a importância do uso consciente dos produtos financeiros pelos clientes pessoas físicas, incluindo os próprios funcionários da Instituição. Por isso, promovemos a educação financeira, por meio da informação e da orientação para o uso adequado e consciente do crédito; e
- v. Governança: Mantemos uma estrutura de governança compatível com nosso porte e a natureza do nosso negócio, buscando promover o tratamento adequado das questões socioambientais. Para tanto, possuímos o Diretor de Gerenciamento de Riscos responsável pelo cumprimento da Política de Gestão do RSAC.

25.7. Risco reputacional

O risco reputacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos que possam prejudicar a imagem do Banco. Para assegurar uma gestão efetiva do risco, a estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos abrange:

- i. Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;
- ii. Atividades de gerenciamento de risco reputacional (monitoramento, controle e avaliação); e
- iii. Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria, Comitê Integrado de Riscos e Conselho de Administração).

Dentre as metodologias e ferramentas definidas pela área de Gestão Integrada de Riscos, que modela o risco reputacional do Banco, ressaltamos:

- i. Base de reclamações por jornada de cliente;
- ii. Acompanhamento das citações em mídias sociais;
- iii. Modelagem das informações para perda esperada; e
- iv. Monitoramento do apetite aos riscos de reclamações *versus* contas ativas.

25.8. Gestão de capital

Gestão de capital na Instituição reflete um processo contínuo de ações que considera os seguintes pontos, de acordo com a exigência regulatória:

- i. Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- ii. A avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está exposta; e
- iii. Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Para assegurar uma gestão efetiva do capital, a estrutura de Gerenciamento de Capital abrange:

- i. Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;
- ii. Atividades de gerenciamento de capital (monitoramento, controle, avaliação e necessidade de capital e planejamento de metas) realizadas por área específica e segregada das demais áreas do negócio;
- iii. Comitê de ativos e passivos como órgão decisório; e
- iv. Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria, Comitê de Riscos e Conselho de Administração).

A Instituição possui um plano de capital consistente para um horizonte de tempo de 3 anos. Este plano é atualizado anualmente e inclui a projeção do capital disponível considerando o planejamento estratégico, as principais fontes de capital e um plano de contingência para suprir uma possível necessidade de capital, inclusive em cenários de estresse, dando suporte à Instituição para alcançar as metas definidas.

A divulgação de informações referente à gestão de capital fica a cargo da área de Riscos, que reporta ao ALCO e ao CIR as informações do capital da Instituição, bem como informações a respeito dos processos acompanhados. O ALCO, por sua vez, é responsável por monitorar a adequação de capital e analisar os resultados apresentados com periodicidade mínima de quatro vezes ao ano.

A avaliação de suficiência do capital para suportar os riscos aos quais a Instituição está exposta é apurada por meio da relação entre Alocação de Capital Regulatório (RWA) para os riscos de crédito, mercado e operacional e o capital da Instituição.

O indicador utilizado para medir a suficiência é o Índice de Basileia, que é apurado mensalmente pela área de Gestão Integrada de Riscos, utilizando as premissas determinadas nos normativos divulgados pelo BACEN.

Este gerenciamento é realizado por meio do Índice de Basileia que é apurado entre a relação de patrimônio de referência e os ativos ponderados pelos riscos, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil "BRGAAP". No Brasil, o índice mínimo requerido para 2023 é de 10,5%.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo requerido e o Índice de Basileia, apurado de acordo com as Resoluções da CMN e as normas do BACEN.

Patrimônio de referência	31/12/2023	31/12/2022
Nível I	2.368.258	2.392.804
Capital principal	3.209.175	3.172.337
Ajuste prudencial	(840.917)	(779.533)
Total	2.368.258	2.392.804
Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados pelo Risco - RWA	31/12/2023	31/12/2022
RWA _{CPAD} - Risco de crédito	13.468.992	13.395.857
RWA _{MPAD} - Risco de mercado	43.782	17.557
RWA _{OPAD} - Risco operacional	1.222.337	1.165.597
Total	14.735.111	14.579.011
Patrimônio de Referência mínimo requerido	1.547.187	1.530.796
Folga em relação ao PR mínimo requerido	821.072	862.008
Índice de Basileia	16,1%	16,4%

Os dados demonstrados refletem aos valores apurados nas demonstrações financeiras "BRGAAP".

O Índice de Basileia de 31 de dezembro de 2023 fechou no patamar de 16,1%, uma redução de 0,3 p.p. com relação a 31 de dezembro de 2022, e se mantém bem acima do mínimo requerido pelo regulador local (10,5%). A aceleração da carteira de crédito é a principal razão do aumento dos ativos ponderados pelo risco e por conseguinte no Índice de Basileia.

26. Outras informações

26.1. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Descrição	Passivo	Patrimônio líquido		Total
	Dividendos a distribuir	Capital social	Reservas de lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	178.501	1.742.000	902.525	2.823.026
Recursos provenientes da destinação do resultado	103.498	-	429.368	532.866
Reversão dos dividendos propostos de exercícios anteriores (nota 13.4) (i)	(178.501)	-	178.501	
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores			(131.875)	(131.875)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	103.498	1.742.000	1.378.519	3.224.017
Recursos provenientes da destinação do resultado	-	-	319.644	319.644
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos mínimos obrigatórios	(103.498)	-	-	(103.498)
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	-	-	(149.880)	(149.880)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	1.742.000	1.548.283	3.290.283

(i) As reversões dos dividendos propostos de exercícios anteriores não impactaram caixa.

27. Conciliação entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e as normas internacionais de contabilidade (IFRS)

27.1. Conciliação entre BRGAAP e IFRS em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio líquido - BRGAAP	3.209.175	3.172.337
Ajustes de IFRS		
Perda de valor recuperável (i)	173.265	(74.652)
Impostos diferidos (ii)	(76.147)	35.268
Arrendamentos	(4.049)	(3.720)
Patrimônio líquido - IFRS	3.302.244	3.129.233
Resultado - BRGAAP	183.408	363.152
Ajustes de IFRS		
Perda de valor recuperável (i)	247.917	308.999
Impostos diferidos (ii)	(111.466)	(138.857)
Arrendamentos	(329)	(919)
MTM <i>venture capital</i> (iii)	114	491
Resultado - IFRS	319.644	532.866

(i) Perda de valor recuperável

Refere-se ao ajuste decorrente da estimativa da perda esperada sobre a carteira de ativos sujeitos à redução do valor recuperável, compromissos de empréstimos a liberar e contratos de garantias financeiras, apurados com base nos critérios descritos na nota de política contábil e de conformidade com o previsto pela IFRS 9.

Tais critérios diferem, em determinados aspectos, daqueles adotados segundo o BRGAAP, que usa os limites regulatórios definidos pelo BACEN, além da diferença de escopo da base de cálculo dessas perdas que, para fins de IFRS, considera outros ativos além daqueles previstos pelo BACEN.

(ii) Impostos diferidos

A IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo originado ou ativo adquirido que não se qualifica como uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afeta o resultado e não afeta o lucro (ou perda) para fins fiscais.

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre os ajustes de IFRS foram refletidos na reconciliação.

(iii) MTM *venture capital*

Refere-se à diferença de classificação do ajuste a valor de mercado das cotas dos fundos de investimento que, segundo o BRGAAP, é classificado como VJORA, pois os títulos são classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”, já que o Banco não adota como estratégia de atuação, a aquisição de títulos e valores mobiliários com o propósito de serem negociados de forma ativa e frequente e também não tem a intenção de mantê-los até o vencimento.



A DIRETORIA

Diretor-Presidente

Felipe Carneiro Gonçalves Gomes

Diretor Financeiro e Jurídico

Rafael Bandeira de Almeida

Diretor de Clientes

André Luiz Morais Tonelini

Diretor de Tecnologia da Informação e Operações

Aydes Batista Marques Junior

Diretor de Gerenciamento de Riscos

Carlos Alberto Auricchio Junior

Diretor de Vendas, Atendimento e Parcerias

Luiz Gustavo Vargas Souto

Diretora de Planejamento Estratégico

Vanessa Paulino de Souza

Contadora

Valéria Dias Prates

CRC nº 1SP239180/O-8

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50
Av. Dr. Chucri Zaidan, 296
19° e 20° andar - Vila Cordeiro
Torre Z - São Paulo / SP